



**ANA PAULA BATISTA PROTACIO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADES RURAIS: AS  
LUTAS ENTRE A AGRICULTURA CAMPONESA E O  
AGRONEGÓCIO NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO**

**LAVRAS – MG  
2022**

**ANA PAULA BATISTA PROTACIO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADES RURAIS: AS LUTAS ENTRE A  
AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO NO INTERIOR DO ESTADO DO  
MARANHÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como exigência do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professoras e Professores, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Jacqueline Magalhães Alves  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Protacio, Ana Paula Batista.

Educação Ambiental e Comunidades Rurais: as lutas entre a  
agricultura camponesa e o agronegócio no interior do Estado do  
Maranhão / Ana Paula Batista Protacio. - 2022.

58 p. : il.

Orientadora: Jacqueline Magalhães Alves.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Educação formal/ não formal. 2. Meio Ambiente. 3. Direitos  
Humanos. I. Alves, Jacqueline Magalhães. II. Título.

**ANA PAULA BATISTA PROTACIO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADES RURAIS: AS LUTAS ENTRE A  
AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO NO INTERIOR DO ESTADO DO  
MARANHÃO**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION AND RURAL COMMUNITIES: THE  
STRUGGLES BETWEEN PEASANT AGRICULTURE AND AGRIBUSINESS IN THE  
COUNTRYSIDE OF THE STATE OF MARANHÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como exigência do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professoras e Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 03 de março de 2022.

Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo UEMA  
Prof. Dr. Vanderlei Barbosa UFLA

Profa. Dra. Jacqueline Magalhães Alves  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2022**

*Aos meus pais, ao  
meu irmão, à minha  
sobrinha Ísis, à minha  
amiga Leidy e a todos  
discentes e docentes que  
passaram na minha vida,  
dedico.*

## AGRADECIMENTOS

Minha palavra é gratidão! Sou profundamente grata por todos os momentos vividos até aqui no mestrado. Grata a minha família: minha mãe, por não poupar esforços pela mudança de Estado, por financiar meus estudos, por acreditar que tudo seria possível; meu pai Raimundo, meus irmãos Henry, Milagre e Wilson, minhas sobrinhas Ísis, Carol e Claudia, minha cunhada Raissa e minha prima Ana Lúcia.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Educação (DED), pela oportunidade de ingressar no mestrado e realizar um desejo profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFLA), pela dedicação com os alunos e principalmente, por todo aprendizado durante esses anos. Agradeço em especial aos professores, Vanderlei Barbosa que participou da minha vida acadêmica e espiritual no percurso do mestrado. A professora Francine, que despertou em mim a autonomia profissional; ao professor Ronei, pelas técnicas e dedicação em suas aulas.

À minha orientadora professora Jacqueline Magalhães Alves, por acreditar na minha pesquisa. Agradeço por compartilhar seus ensinamentos na disciplina de Metodologia do Ensino Superior sobre o Ensino e Educação brasileira.

Ao grupo de estudos e pesquisa MOSAICO, em nome da Rô, pelo aprendizado nas discussões e pelo incentivo a escrita.

A minha amiga Leidy, por todo apoio e companheirismo durante esses anos. Com sua amizade, dividi momentos de alegria, tristeza, angústia e crises de ansiedade, a você minha eterna gratidão.

Aos meus amigos Aline, Mário, Flávia, Danilo, Nadinele, Vanessa, Das Dores, Sandra, Jel e Noeme pelo acolhimento e amizade sincera.

Aos amigos do mestrado, em especial Marília e Cida, que me abraçaram, dividiram comigo suas vidas e me apoiaram incondicionalmente, sou grata.

A minha família nazarenense, que me acolheu desde o processo seletivo do mestrado e não mediu esforços para me ajudar. O sentimento de gratidão me consome quando me recordo de todos os dias que lá estive, com pessoas especiais, vivendo momentos únicos. Em nome de José Bernardino, Célia, Ieda e Ildenê, agradeço toda família com muito amor e carinho.

Ao Fórum Carajás, em nome de Mayron Régis, e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urbano Santos. Aos moradores e estudantes das comunidades rurais, atores dessa pesquisa, que contribuíram para esse trabalho e minha formação.

Muito obrigada!

*Encorajo-vos a renovar vossa paixão pelo homem – não se pode ensinar sem paixão! – no seu processo de formação, e a ser testemunhas de vida e de esperança. Nunca, nunca fecheis as portas; ao contrário, encarai-as todas, a fim de que os estudantes tenham esperança!*

Papa Francisco

## RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a Educação Ambiental e as comunidades rurais, precisamente as lutas entre a agricultura camponesa e o agronegócio no interior do Estado do Maranhão. O objetivo central foi analisar os desafios, as lutas e as permanências nos processos da Educação Ambiental formal e não formal, em comunidades rurais no interior do Estado do Maranhão, frente às questões sociais, especificamente na Comunidade São Raimundo, no município de Urbano Santos. Diante do avanço do agronegócio no Estado desde a década de 1970 a educação escolar rural tem enfrentado diversos desafios e lutas para sua emancipação, pois seu projeto político se antagoniza ao projeto do agronegócio, que se encontra fortemente presente em torno das escolas, criando conflitos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Espera-se com esta pesquisa, lastreada em elementos teóricos e práticos, contribuir para uma permanente tomada de consciência pelos diferentes grupos sociais em nossa sociedade do meio ambiente em que vivemos, entendendo a necessidade de desenvolver eticamente valores e hábitos que proporcionem uma melhor qualidade de vida e a garantia do direito à vida, por meio da educação e do trabalho, de modo sustentável. Para tanto tomamos como referências, teóricos os seguintes pensadores Werner Jaeger, Paulo Freire, Pierre Dardot, Christian Laval, dentre outros. Destacando, também, a legislação brasileira que, a partir de 1988, corroboram com a defesa da temática em análise. A questão orientadora que permeou toda a pesquisa foi: quais os desafios das comunidades rurais no processo educativo ambiental frente as investidas do agronegócio? Sendo uma abordagem qualitativa, utilizamos como procedimentos metodológicos de orientação de nosso percurso a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e análise documental.

**Palavras – chave:** Educação formal/não formal. Meio Ambiente. Direitos Humanos.

## ABSTRACT

In the present work, we chose Environmental Education and the rural communities of the State of Maranhão, the struggles and permanences in the rural territory. Our main objective was to analyze Environmental Education as a formal educational activity in rural communities in the interior of the state of Maranhão in the face of their challenges, struggles and permanence. Faced with the advance of agribusiness in the state since the 1970s, rural school education has faced several challenges and struggles for its emancipation, as its political project is antagonized to the agribusiness project, which is strongly present around schools, creating social conflicts, cultural, environmental and economic. Due to this situation, it is important to know and analyze the scenario, presenting the projects of the actors, verifying their nature and conflicts. It is hoped with this research, to subsidize with theoretical and practical elements on the current issue, in order to contribute to a permanent awareness by the different social groups in our society of the environment in which we live, understanding the need to ethically develop values and habits that provide a better quality of life and the guarantee of the right to life, through education and work, in a sustainable way. Also highlighting the inclusion of environmental education in basic education in Brazil, discussing the importance of content and its praxis in school spaces and in communication and learning with the surrounding community.

**Keywords:** Formal/non-formal education. Environment. Human rights.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Projeto de extensão “PATRIMÔNIO HISTÓRICO: aprendendo a preservar com alunos do Ensino Médio”.....	15
Figura 2 - Projeto de extensão “O Meio Ambiente e a Evolução Histórica de Urbano Santos-MA”.....	16
Figura 3 - Bacuris da Comunidade de São Raimundo (Urbano Santos/MA).....	45
Figura 4 - Seminário sobre Eucalipto Transgênico, Comunidade São Raimundo.....	47
Figura 5 - Escola Digna – Povoado Mangabeira.....	48

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Conflitos socioterritoriais maranhenses de 2001 a 2015.....	43
Mapa 2 - Localização do município de Urbano Santos – MA. ....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EA	Educação Ambiental
EaD	Educação a distância
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
LDB/EN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEAE	Programas de Educação Ambiental Empresarial
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
STTR	Sindicado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urbano Santos -MA
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFLA	Universidade Federal de Lavras
WRM	(WRM, na sigla em inglês) Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PREÂMBULO DE UM PERCURSO FORMATIVO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Projeto de extensão patrimônio histórico.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2</b>	<b>Projeto de extensão o Meio Ambiente e a Evolução Histórica de Urbano Santos.....</b>	<b>15</b>
<b>1.3</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Educação Ambiental no Brasil.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>Conferências ambientais mundiais .....</b>	<b>30</b>
<b>3.3</b>	<b>Educação Ambiental e a interferência do agronegócio no Brasil .....</b>	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO .....</b>	<b>42</b>
<b>4.1</b>	<b>Caracterização territorial da pesquisa .....</b>	<b>43</b>
<b>4.2</b>	<b>Obstáculos e realização da pesquisa .....</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## 1 PREÂMBULO DE UM PERCURSO FORMATIVO

Parafrazeando Freire (1996): Especificamente humana a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como professor(a), uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente.

Esse preâmbulo tem como propósito apresentar minha trajetória acadêmica, experiências de vida e, ao fazer isso, mostrar minha aldeia...

Nessa troca de ideias com Freire apresento as primeiras motivações da pesquisa, resultado de um percurso de uma jovem natural de Urbano Santos – MA, e como toda maranhense, sou orgulhosa da minha origem, mesmo sendo filha de um dos Estados mais pobres do país, e acredito que esse é um dos motivos que me faz amar ainda mais de onde eu sou.

As circunstâncias pelas quais a população passou e ainda passa, carrega consigo uma herança de dificuldades sociais, que apesar das mudanças, ainda persistem. Posso afirmar que vivi uma infância feliz, em uma cidade muito pequena e sem muitos recursos tecnológicos e ressalto que não tenho outra referência de profissão a não ser de professora. Eu respiro Educação e Escola 24 horas por dia devido a minha mãe ser educadora e toda a minha família ser também de educadoras e de educadores, o que me influenciou positivamente no que sou hoje.

Nessa perspectiva, aos 14 anos fui para São Luís para estudar no Ensino Médio e posteriormente entrar na faculdade. Através do seletivo, ingressei na Escola Liceu Maranhense e fiz todo meu ensino médio nessa Escola. Minha passagem por São Luís durou 9 anos, entre escola, cursinhos pré-vestibular e faculdade. E o mais interessante nesse período era o local em que morava, uma casa com 6 jovens da mesma família dividindo e compartilhando seus objetivos.

Dando continuidade à minha trajetória, entrar na Universidade pública era meu maior sonho, mas entrar para um curso de licenciatura, esse sonho partiu da minha mãe. Depois de muitos vestibulares, de muitos cursos escolhidos, em agosto de 2011, aos 19 anos, eu entrava para o curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão. Tudo era tão novo, os professores eram diferentes do que eu estava acostumada, o prédio ficava no centro histórico da cidade e não no campus. Foram os 5 anos mais produtivos e de mais aprendizado que pude adquirir.

Ainda no curso de História, vivi experiências no Centro Acadêmico do curso, participando de organizações de eventos, sendo monitora, viajei para apresentar trabalhos e fui conquistando um espaço que era só meu, de aluna pesquisadora. Todo esse processo de participações em ações dentro do curso, me ajudaram positivamente no meu desenvolvimento, uma vez que sempre fui muito tímida e de poucas palavras.

Mas, além de educadoras e educadores, nós tínhamos e temos algo que nos levou a buscarmos as melhores formações possíveis na área educacional, tornando-se um grande objetivo meu em busca do conhecimento, que fez eu me afastar por um tempo de minha cidade, me levando até a UFLA e tendo uma oportunidade única de realizar o mestrado em educação.

A construção deste trabalho foi desenvolvida e elaborada durante o percurso na pós-graduação, introduzindo memórias e registros de estudos que se iniciaram quando eu estava na graduação em História, tanto como bolsista de extensão, quanto no Trabalho de Conclusão de Curso, na Universidade Estadual do Maranhão. Destaco três momentos significativo nesse processo de formação, a saber:

### **1.1 Projeto de extensão patrimônio histórico**

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: aprendendo a preservar com alunos do ensino médio, foi meu primeiro Projeto de extensão realizado durante um ano e meio, no qual foram desenvolvidas pesquisas no IPHAN, visitas na Escola Estadual Benedito Leite, onde foi realizado o projeto; visita com os alunos da Escola no Museu Histórico de São Luís e no Curso de História da UEMA.

A partir dessa pesquisa foi possível conhecer melhor as belezas de São Luís do Maranhão, construindo conceitos significativos e base histórica para pensar os renomados sobrados do conjunto arquitetônico da cidade e como alguns deles são utilizados enquanto espaços para museus, escolas, faculdades, repartições públicas.

São Luís como cidade dos azulejos, indica a perspectiva de também apresentar a cidade como as marcas da arquitetura em evidência na época, resultado de reformas que colocavam fachadas modernas em prédios antigos e demolia outros para a construção de novos (CAMÉLO, 2012, p. 139).

Destacamos também, através dessa citação que as mudanças arquitetônicas para tornar possível a adaptação que os novos tempos promovem são uma constante ao longo da história de São Luís e é exatamente esse ponto que destacamos nas visitas aos casarões. Para que o

casarão seja preservado é necessário adaptar as demandas do tempo presente. O projeto foi desenvolvido com a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Júlia Constança Pereira Camêlo<sup>1</sup>.

A escola escolhida foi “Benedito Leite”, com auxílio da professora de História, Francinêia Pimenta com uma turma do 2º ano do ensino médio, como apresento na Figura 1:

Figura 1 - Projeto de extensão “PATRIMÔNIO HISTÓRICO: aprendendo a preservar com alunos do Ensino Médio”.



Fonte: Da autora (2014).

Quando concluí o ano de bolsa com a professora Júlia, me senti grata pela oportunidade que a mim foi depositada e por ter vencido meus medos na faculdade. Foi minha primeira experiência na pesquisa e a primeira professora que acreditou no meu potencial. Mas no processo de formação, entendi a necessidade de fazer parte da minha pesquisa ou até mesmo pesquisar aqueles que eu reconheço como parte da minha identidade local.

Decidi então seguir em frente e buscar novos horizontes de pesquisas que pudessem se encaixar a minha realidade e de certa forma eu queria dar um retorno ao meu local de origem. Foi quando procurei grupo de estudo que pudessem preencher meus anseios e assim iniciei uma nova pesquisa, onde considero meu ponto de partida para chegar até aqui.

## 1.2 Projeto de extensão o Meio Ambiente e a Evolução Histórica de Urbano Santos

O Curso de História foi de suma importância na minha formação, e principalmente na minha identidade. Por meio desse curso, pude ser uma das primeiras estudantes a pesquisar sobre História Ambiental em nível estadual, que se desdobrou em ser bolsista do Programa de Extensão/PIBEX (UEMA) pela pesquisa “O Meio Ambiente e a Evolução Histórica de Urbano

<sup>1</sup> Atualmente é professora Adjunto IV da Universidade Estadual do Maranhão.

Santos - MA”, sob coordenação do Prof. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho<sup>2</sup> no período de agosto de 2014 a setembro de 2015.

Com o trabalho, estimulamos os discentes e docentes de Urbano Santos, a valorizarem sua história. Protegendo e respeitando o meio ambiente onde estão inseridos e apreendendo que a preservação da fauna e flora é a condição *sine qua non* da existência de vida animal e vegetal no planeta terra.

Figura 2 - Projeto de extensão “O Meio Ambiente e a Evolução Histórica de Urbano Santos-MA”.



Fonte: Da autora (2015).

O projeto foi premiado, em 2015 (FIGURA 2), como um dos três melhores trabalhos na modalidade Extensão/PIBEX da UEMA. Por essa pesquisa de extensão desenvolvi maior conhecimento sobre minha cidade, um retorno já desejado antes e que foi possível graças ao financiamento dos estudos com uma bolsa. Foi possível que a comunidade escolar do município pudesse estar mais próxima da academia, despertando em alunos e professores do interior do Estado o interesse acerca do tema e incentivando professores acadêmicos a um olhar maior sobre História Ambiental.

### 1.3 Trabalho de Conclusão de Curso

Para realização do trabalho monográfico busquei pelos estudos de historiadores ambientais como Pádua, Sendrez, Worster que discutem aspectos entre espaço, território e natureza, as dimensões socioambientais e os desafios da sustentabilidade. A então recente

<sup>2</sup> Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Estadual do Maranhão, lotado no Departamento de História e Geografia e dos Programas de Pós-graduação: PPGHIST (Mestrado Profissional) e PPDSR, ambos da referida Universidade.

temática “História Ambiental” que segundo Pádua (2010) caracteriza a discussão ambiental na cultura contemporânea, não é a forte atenção para o tema da natureza mas a produção de um entendimento sobre esse mundo que se tornou um componente básico da própria existência social. A História Ambiental, como bem afirma Worster<sup>3</sup> (1988, p. 18), deve “[...] ser vista não como uma redução, mas sim como uma ampliação da análise histórica”.

O direito à posse da terra foi uma temática muito explorada nos meus estudos e que foi palco de disputa entre pequenos agricultores e pequenas agricultoras, que lutavam dia após dia pelo meio ambiente, em contraposição às empresas de agronegócio e a seus avanços nesses territórios.

Motivada pelas questões ambientais, finalizei a graduação com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “ENTRE A ENXADA E O PAPEL: impactos socioambientais de atividades de produção de eucaliptos nas comunidades de pequenos produtores no município de Urbano Santos”, uma pesquisa que, segundo O papel... (2021), “a autora não se intimidou com a falta de documentação histórica relativa aos anos em que as empresas começaram a entrar no município”. Assumi a tarefa de decodificar as práticas e os discursos que as empresas construíram e dos quais se utilizaram para tomarem conta das terras de Urbano Santos. A tarefa se constituía em um compromisso histórico pessoal, visto que passei a vida acompanhando minha mãe que fez parte dos movimentos sociais e religiosos que combateram o desmatamento em Urbano Santos e municípios vizinhos. Naquele ano, pude viver experiências únicas que carregou comigo até hoje, e que me encorajam a continuar estudando o meio ambiente e as questões socioambientais, na perspectiva da justiça ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2009).

Em 2016, na zona rural de Urbano Santos tivemos seminários em que os quais trabalhadores e trabalhadoras rurais foram convidados e convidadas a participarem e exporem seus pontos de vista sobre a “novidade” daquele momento - o eucalipto transgênico. O Fórum Carajás, a Associação Comunitária do Povoado São Raimundo e o STTR de Urbano Santos, Movimento Mundial pelas Florestas, debateram juntos sobre o que essa nova técnica de transgenia poderia causar. A iniciativa permitiu que essas entidades pudessem mobilizar o processo de conscientização de moradores e moradoras do lugar, a estarem em alerta.

O curso não me levou somente ao título de Licenciada em História (2016), mas vivenciei momentos únicos como pesquisadora de campo, participei de movimentos sociais, compartilhei

---

<sup>3</sup> Professor emérito do Departamento de História da Universidade do Kansas nos Estados Unidos e um dos diretores do Centro para História Ecológica da Universidade Remin da China, em Beijing, tem se dedicado a pesquisas no campo da História Ambiental, especialmente sobre temas que abordam ciência, tecnologia e agricultura.

conhecimentos, mas acima de tudo, aprendi diariamente com aqueles que não descansam um só dia pelos seus ideais. Naquele ano a pesquisa me rendeu reconhecimento no meu trabalho.

Ao fim do curso de História, em 2016, resolvi voltar para minha cidade natal e trabalhar como professora. Minha primeira turma foi como docente na sala da 1ª série do Ensino Médio, na Escola Comunitária Santa Maria Bertilla<sup>4</sup>, uma escola fundada pela professora Anita Batista, minha mãe. A Escola Bertilla, como carinhosamente é chamada, é meu segundo lar, meu berço de vida, minha motivação diária. Mas, engana-se quem pensa que foi somente uma zona de conforto, precisei ir além da graduação, me preparei e iniciei o curso de Pedagogia EaD.

Além do curso de Pedagogia, ingressei por processo seletivo estadual para o quadro de professores da rede pública estadual de ensino do Maranhão, na Escola Estadual Ester Flora de Araújo, outro momento valioso, que me renderam dois anos de contrato temporário, além de me aprofundar em um universo com jovens do Ensino Médio, trabalhei com áreas diversas, como História, Sociologia e Arte. Intensifiquei meu interesse pela educação e fui deixando de lado a procura por qualificações que me levassem apenas para minha área como historiadora. Foi quando tomei conhecimento do Mestrado Profissional em Educação – UFLA - uma modalidade de formação profissional e continuada voltada a profissionais da Educação.

A grande motivação para a realização deste trabalho partiu do sentimento que já existia em estudar a história local, dialogando com agricultores e seus desafios e a minha atuação como educadora, participando da vida de vários educandos, com diferentes realidades de vida, de sonhos e de lutas diárias, inclusive, educandos da zona rural que buscavam na sede do município, melhores condições de ensino.

Aos poucos, fui compreendendo o meu papel na vida dos docentes e busquei, com o sentimento de pesquisadora que havia surgido na graduação, resgatar os estudos dos conflitos rurais e como esses jovens da zona rural puderam se esquivar de tamanha crueldade ou até mesmo, ainda sofrer consequências do agronegócio nas comunidades rurais do nosso município.

Paulo Freire me levou a refletir o quão importante estava sendo me afirmar como educadora, enfrentando os mais diversos obstáculos que naquele ano de 2018 me propus a

---

<sup>4</sup> A Escola Santa Maria Bertilla, teve seu início em 1982 funcionando em uma garagem da Paróquia Nossa Senhora da Natividade, ao lado da Igreja Matriz, com finalidade de ajudar na alfabetização de crianças carentes. Em 1986, o pároco Henry, sentindo necessidade da Escola crescer, deu início a uma construção de um prédio com três salas e um salão para reuniões. Atualmente, a instituição funciona no mesmo prédio com 15 salas e mais duas em construção, atendendo em média 700 alunos (do maternal ao ensino médio) matriculados e 56 funcionários. Com o ideal de “Educando para a vida”, a Escola fortalece o compromisso de promover uma educação de excelência.

encarar realizando o processo seletivo de um Mestrado Profissional em Educação. Minha escrita, minha orientação, minhas leituras, meu direcionamento de pesquisa, foram resgatados em busca do que me causava anseio. Após a aprovação no mestrado (2019), no qual escolhi a Educação Ambiental como tema, que para Loureiro (2003), logo se imagina que esta é intrinsecamente transformadora, por ser uma inovação educativa recente que questiona o que é qualidade de vida.

Inicialmente, o projeto tinha como objetivo analisar a importância de trabalhar meio ambiente e educação ambiental, as razões e os reflexos da gradativa ausência desse conteúdo e conhecer as informações que os professores das escolas públicas do Estado do Maranhão têm em relação à problemática ambiental.

Acredita-se que as crianças direcionadas e instruídas a respeitar e zelar pelos recursos naturais acessíveis para a sua sobrevivência e de suas futuras gerações saberão aproveitar esses recursos de modo consciente por saber que a vida no planeta depende de cada um que vive nele.

[...] a visão da criança como ser que é parte da natureza e do cosmo merece igualmente destaque, especialmente se considerarmos as ameaças do esgotamento de recursos em nosso planeta e as alterações climáticas evidentes nos últimos anos. Conforme alerta Tiriba (2005), os seres humanos partilham a vida na terra com inúmeras espécies animais, vegetais e animais, sem as quais a vida no planeta não pode existir (BRASIL, 2006, p. 14).

Por isso é necessário que seja promovida uma Educação Ambiental desde a educação infantil até as demais etapas de ensino. Para o desenvolvimento dessa educação, seja dentro ou fora da escola, é necessário a promoção do conhecimento das mais variadas áreas, aliado às habilidades e atitudes de cuidados e preservação na qualidade ambiental.

Assim, embarquei em um mundo oposto ao meu, enfrentei meus medos de estar em um lugar diferente, com pessoas diferentes, de cultura diferente, enfrentei principalmente a xenofobia, a mais difícil luta, porém, a que me deu força para concluir meu sonho. Concluo esse projeto de vida, um sonho realizado, um desafio fundamental, mas principalmente, se levarmos em conta o lugar essencial que ocupamos nos sistemas educacionais, hoje me realizo como educadora.

## 2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade (FREIRE, 1996, p. 24).

A epígrafe que trago em tela revela a minha concepção de educação, ancorada em Paulo Freire, de experiência total, que envolve várias dimensões, epistemológica, política, gnosiológica, pedagógica e ética, para Ribeiro (2019, p. 51) “essas dimensões concretizam a esperança por uma Pedagogia Latino-Americana capaz de recolocar o debate de uma educação libertária frente as intimidações do sistema neoliberal que se anuncia como pensamento único”. Eu tomo aqui a liberdade de inserir também a dimensão ambiental, como uma das bases constituidoras de uma educação integral.

A educação e seus desafios envolvem uma dimensão epistemológica, se refere às relações dialógicas, a partir da realidade:

Essa dimensão epistemológica e antropológica freiriana, gera uma atitude ativa do sujeito de questionar, de duvidar a realidade concreta e chegar a um conhecimento autêntico, que faça sentido, portanto libertador. O ser humano ao aprender, ao assumir a sua posição frente à realidade, se torna sujeito crítico e politizado, um “ser mais”, um ser autônomo. Porém, isso não se dá de forma solitária e sim nas relações dialógicas com o outro (RIBEIRO, 2019, p. 71).

Outro importante conhecimento na educação é a dimensão política, a qual conscientiza o ser humano a “ser mais”, buscando a si e a realidade concreta de opressão (RIBEIRO, 2019). A autora enfatiza que a educação como transformação é um ato político e uma opção, escolha e decisão: pelas classes populares, pelos oprimidos, pelos que estão a margem. É necessário recriar a possibilidade de uma vida de equidade para todos/as e não somente para alguns.

A autora continua sua reflexão da dimensão epistemológica sobre educação, e percebe com a dimensão pedagógica, que a escola continua sendo um espaço conservador, sem conhecer a realidade dos alunos e de sua comunidade, a saber:

Já na dimensão pedagógica, o (a) educador (a) aquele (a) que detêm o conhecimento, fazendo com que as relações dialógicas não aconteçam, essa concepção de educar é para se adaptar ao mundo, são conteúdos que não fazem sentido para a realidade do (a) educando (a) e, portanto, dificulta ser um sujeito da práxis transformadora. A escola passa ser mercadológica, ou seja, apresenta-se numa perspectiva de preparar o educando para o mercado de trabalho, ideia que se inicia desde a Educação Infantil (RIBEIRO, 2019, p. 71).

Não podemos deixar de falar da dimensão ambiental, após inúmeros debates nos últimos anos sobre EA, que após inúmeras discussões indicaram a EA relevante em todos os níveis de ensino:

Nessa direção, constatamos a relevância de compreendermos a dimensão ambiental como paradigma desejável, hábil na viabilização de uma sociedade solidariamente possível. Para isso, nada mais importante que uma práxis de formação continuada de educadores ambientais, para que possamos fazer frente às urgências de transformações socioecológicoambientais que potencializem um “paradigma dialógico” (GUIMARÃES, 2015).

Sendo assim, essa dimensão está pautada na solidariedade humana com as transformações da educação e do meio ambiente. Refletindo criticamente, essas dimensões fortalecem as discussões sobre uma educação libertária, diante do neoliberalismo que seguiremos debatendo no próximo capítulo.

Dando continuidade à concepção sobre educação, essa nos remonta ao conceito de *Paideia* dos gregos, que para Joeger (2013) é o projeto formativo que tem como fim formar para a vida, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Daí o cuidado com a retórica, a educação física, a música entre outros, como base para a convivência social na *pólis*.

Nessa mesma trilha segue o conceito de *humanitas*, cujo alcance no contexto da cultura romana cristã, torna-se evidente na educação enquanto formação do espírito e preparação para a vida pública.

Modernamente temos o conceito de *Bildung* que é o processo de autoconstrução do ser humano e da constituição de sua vontade, no permanente conflito entre a sensibilidade e a razão, ou seja, entre o indivíduo e a sociedade.

Para Joeger (2013) a palavra alemã *Bildung* (formação, configuração) é a que designa do modo mais intuitivo a essência da educação no sentido grego e platônico o mundo em que nasce o homem individual, pelo simples fato de pertencer ao seu povo ou a um círculo social determinado.

Desse modo, escolhemos como foco nesta pesquisa buscar entender a ação humana nas áreas rurais, relacionando o meio ambiente com o campo, observando uma dinâmica de disputa pelos espaços educativos e formativos no campo brasileiro, entre agricultura camponesa e o agronegócio, o que tem ocasionado distorções ambientais, culturais, sociais e econômicas, e até mesmo tem repercutido no próprio processo educativo nas comunidades rurais<sup>5</sup>. Nessa relação conflituosa, destacamos a importância de que a Escola seja um espaço participativo e

---

<sup>5</sup> Termo utilizado aqui neste trabalho, mas é importante destacar que a zona rural do Estado do Maranhão, é chamada culturalmente de “interior” pelas comunidades urbanas e rurais.

democrático em ações socioculturais e socioambientais, de modo que possa ser integrado ao cotidiano social - local, regional e global.

Diante disso, a questão orientadora da presente pesquisa esteve pautada em investigar em profundidade: quais os desafios das comunidades rurais no processo educativo ambiental (frente as investidas do) em meio ao agronegócio?

Desse modo, como objetivo geral do trabalho, delineamos analisar os desafios, as lutas e as permanências encontrados em processos da Educação Ambiental formal e não formal, em comunidades rurais no interior do Estado do Maranhão, frente às questões sociais, especificamente na Comunidade São Raimundo, no município de Urbano Santos. Como objetivos específicos, buscamos aprofundar estudos acerca das concepções de Educação Ambiental, Meio Ambiente, Preservação Ambiental e Sustentabilidade, mostrando como são importantes para a busca de qualidade de vida pela sociedade; em seguida demonstrar o porquê dessas concepções serem importantes subsídios na educação formal para a formação humana e identificar conflitos decorrentes e entre a concepção da educação ambiental no âmbito educacional e a concepção do agronegócio na vida social da comunidade escolar.

São categorias importantes, mas cada uma tem sua especificidade, como são importantes para a busca de qualidade de vida pela sociedade. A minha reflexão por meio de pesquisas e de militância, foi ampliada pelos aprofundamentos das ideias dessas categorias. Educação Ambiental, tão abordada nesse trabalho, possui várias definições, a saber como processo que busca:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...] (BRASIL, 1992b).

Além da Educação Ambiental, relacionamos outros conceitos para agregar maiores informações nesse trabalho, como o Meio ambiente, percebido de diferentes formas a partir da nossa interação com ele. Com a Lei 6.938/81, que trata sobre Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), definiu o conceito de meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Nesse trabalho especificamente, desenvolvemos um breve histórico da Educação Ambiental – EA e os impactos que ela vem causando na atual conjuntura social. Ressaltamos que a EA deve ser, por seu papel primordial nas mudanças paradigmáticas necessárias e que

nos possibilitam enfrentar armadilhas paradigmáticas (GRÜN, 1996; GUIMARÃES *et al.*, 2009), um processo permanente, no qual a sociedade desenvolve a consciência do meio ambiente em que vive, compreendendo a existência da necessidade de adquirir valores que proporcionem uma melhor qualidade de vida. Destacamos, também, a inserção de EA na Educação Básica no Brasil, discutindo a importância do conteúdo e da sua prática nas Escolas, em sala de aula e em diferentes espaços na comunidade. E para garantir a continuidade da vida na Terra, pela educação, podemos aprender a prevenir e enfrentar os riscos globais, a reinventar a política e a cidadania, com profundas mudanças nas formas de pensar e nos estilos de vida, enfatizando a importância das políticas públicas educacionais que ampliam direitos e contribuem ao enfrentamento de grandes desafios. Uma sociedade que vinha e vem sofrendo, como diz Freire (1997), alterações tão profundas, às vezes até bruscas em que as transformações tendem a ativar cada vez mais o povo que necessita de uma reforma urgente no seu processo educativo, uma educação para a decisão, responsabilidade social e política.

Quanto aos procedimentos metodológicos, segundo Demo (1985, p. 19)

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos.

Para a realização da pesquisa – e definindo suas características - sobre a comunidade São Raimundo, podemos descrever este trabalho como pesquisa qualitativa, uma vez que tivemos a comunidade como local de investigação, além do surgimento de enfoques e abordagens metodológicas, no campo da pesquisa em educação. Por esta razão, Flick (2009) interpreta a pesquisa qualitativa como de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida.

O percurso metodológico construído atende a outras características importantes na pesquisa qualitativa, destacamos um maior interesse pelo processo de formação dos sujeitos da pesquisa do que resultados ou produtos, visto que sua construção social, política, cultural, econômica e principalmente educacional, são consideradas mais relevantes neste trabalho. Das características da investigação qualitativa, reforçamos que

Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal [...] ainda que alguns investigadores utilizem equipamentos, vídeo ou áudio, muitos limitam-se exclusivamente a utilizar um bloco de apontamentos e um lápis. Contudo, mesmo quando se utiliza o equipamento em situação e complementados pela informação que se obtém através do contato direto (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 47).

As abordagens realizadas desde 2019 caracterizaram esse trabalho como estudo de caso, que para Bogdan e Biklen (1994), o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo consiste na área de trabalho delimitada. A escolha dos dados de pesquisa é canalizada por terrenos, sujeitos, materiais, assuntos e temas. A escolha desse método deu-se pelos sujeitos, o contexto em que vivem e as abordagens educacionais necessárias para a conclusão desse trabalho.

Existem também outras formas de estudos de caso como nos apresentam Bogdan e Biklen (1994, p. 93):

Alguns investigadores realizam estudos comunitários. Estes são semelhantes aos estudos de caso de organizações ou observação, exceto pelo fato do objeto do estudo ser um bairro ou uma comunidade e não uma escola ou outra instituição. Outra forma de estudo de caso foi designada análise situacional. Neste tipo de estudo é investigado um determinado acontecimento (por exemplo, a expulsão de um aluno da escola) do ponto de vista de todos os participantes (o aluno, os seus amigos, os pais, o diretor e o professor que desencadeou a ação). Os registos do caso podem ser utilizados de forma alargada.

As motivações para essa pesquisa, como já exposto, foram construídas durante meu o processo acadêmico de formação como pesquisadora, que desde o início do Mestrado tem por objetivo pesquisar junto a estudantes desta comunidade, como atores da pesquisa. Mesmo com a distância real existente entre a Universidade e o campo de estudo, optamos por um cronograma em que pudessem ser realizadas as atividades semestralmente. Vale ressaltar que antes de ingressar no Programa de Mestrado, já haviam sido realizadas algumas visitas à comunidade.

Com as características mencionadas e levando em consideração os rumos em que a pesquisa foi se construindo, direcionamos para uma abordagem de pesquisa (auto)biográfica nos remetendo à profissão docente e seu processo de formação.

São vastos os trabalhos educacionais baseados nas histórias de vida como método de investigação qualitativa e prática de formação, como nos apresentam Passeggi, Souza e Vicentini (2011, p. 371):

Não se trata de encontrar nas escritas de si uma “verdade” preexistente ao ato de biografar, mas de estudar como os indivíduos dão forma às suas experiências e sentido ao que antes não tinha, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante os processos de biografização. Aqui a noção de grafia não se limita à escrita produzida em uma língua natural (oral e escrita), mas amplia a investigação fazendo entrar outras linguagens no horizonte da pesquisa e das práticas de formação: fotobiografias, audiobiografias, videobiografias e abre-se para a infinidade de modalidades na web: blogs,

redes, sites para armazenar, difundir e praticar formas de contar, registrar a vida e até mesmo de viver uma vida virtual (Bibble; biographie.com; nègres pour inconnus; biographie.net, Second Life, o Museu da Pessoa...).

Nesse sentido, conhecer a vida do outro é um modo de formação, partindo do princípio de que o sujeito se constitui da sua própria história, das suas singularidades, se fazendo presente no seu meio social. O sujeito produz conhecimento sobre si, sobre os outros, por meio das experiências e de sua ressignificação e construção de conhecimento.

Por ser a temática dessa pesquisa a Educação Ambiental, buscando identificar como se desenvolvem as interações dos sujeitos em um processo orientado por ações interdisciplinares, vale ressaltar que foi realizada uma pesquisa (auto)biográfica, como estratégia de investigação qualitativa, apoiada em pesquisadores vem recorrendo a recursos e estratégias narrativas e biográficas como método de pesquisa.

Nessa perspectiva, a escolha pela abordagem de cunho (auto)biográfico como metodologia amplia as discussões na área de educação, evidenciando a realidade em que vimos desenvolvendo aprendizagens formativas nos ambientes educacionais.

E por fim, diante desta discussão, apontamos os resultados encontrados a partir do que será exposto aqui, com algumas considerações relevantes da pesquisa, além de refletir mais sobre como é importante analisar a relação que os docentes da Educação Básica estabelecem com os saberes mobilizados na construção de uma proposta de trabalho para preservação das comunidades rurais e da natureza.

### 3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

A Educação Ambiental e sua perspectiva histórica está relacionada diretamente com as conferências mundiais e com os movimentos sociais em todo o mundo. Eventos como a Conferência das Nações Unidas e o Rio – 92, possibilitaram a consolidação da Educação Ambiental, que passou a ser encarada não apenas como parte integrante do ambientalismo, mas como proposta pedagógica capaz de gerar mudanças na sociedade.

Mas antes de apresentarmos esses grandes eventos que marcaram a história da Educação Ambiental, é necessário discutir como a sociedade chegou a influenciar drasticamente no meio ambiente, principalmente em relação as intervenções diretas do neoliberalismo na EA mundial.

Desde a segunda metade do século XVIII, o gradual abandono da sociedade agrária tem decorrido da ascensão do modo capitalista de produção. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital teve como herança prévia, em geral, a existência de uma economia mercantil em funcionamento a partir da divisão social do trabalho (POCHMANN, 2016).

A Revolução Industrial<sup>6</sup> representou um grande avanço na capacidade do ser humano em interferir na natureza e esse processo aumenta de forma considerável. A economia capitalista fundamentada no acúmulo de riquezas e extração de recursos naturais de forma predatória, transformou a relação homem-natureza, interrompendo com um consenso que remotamente existia nesta relação. O modo de produção, baseado no consumo generalizado de produtos industrializados, marca a direção das mudanças econômicas, sociais e ambientais estabelecidas pelo sistema produtivo.

A análise aqui realizada leva em consideração a educação ambiental (EA) e as relações sociais no modo de produção do capital. As ações de EA mundial sofreram interferências diretas do neoliberalismo globalizado. Assim, o Neoliberalismo vem se apresentando como um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Quanto ao Neoliberalismo, este é um prolongamento do liberalismo, um novo Liberalismo, inspirado no liberalismo econômico clássico.

---

<sup>6</sup> A Revolução Industrial, ocorrida a partir da metade do século XVIII, mais precisamente a partir do ano de 1750, produzida pela passagem do artesanato e da manufatura à fábrica, pela criação da máquina de fiar (tear mecânico), ocasionando uma grande mudança no processo de produção (ANDRADE, 2001).

O neoliberalismo tem como proponentes Hayek<sup>7</sup>. Dentre suas ideias, destaca-se a defesa de maior liberdade econômica na busca por uma sociedade verdadeiramente livre. Isso porque, para Hayek, a vontade individual não é algo previsível e muito menos esperado. Desta forma, a individualidade faz com que cada um tenha inúmeras oportunidades e desejos diferentes para realizar durante a vida (DANA, 2017).

Em consideração à educação ambiental (EA) e às relações sociais no modo de produção do capital, temos a educação, que nesse contexto, percebe-se, desenvolvendo a formação para atender a demanda de mercado, com foco no preparo de “mão de obra”. A natureza das políticas neoliberais é o utilitarismo, e não o investimento em um ser crítico e reflexivo. Abbagnano (2007, p. 986) escreve que “a partir de Thomas Hobbes, chamou-se de útil o que serve à conservação do homem ou, em geral, satisfaz às suas necessidades ou atende aos seus interesses”.

O surgimento da ciência moderna e do capitalismo proporcionou a parcelas da humanidade os instrumentos intelectuais e materiais para o uso abusivo da natureza sem precedentes, sendo assim, a racionalidade neoliberal envolve desde o Estado até todas as esferas da existência humana. Para Dardot e Laval (2016), o neo sujeito se adapta à nova realidade do Estado-empresarial – na qual previdência, saúde, educação e lazer são produtos que os consumidores (cidadãos) têm a “liberdade de escolher” e adquirir – e conviver com o desemprego permanente, a precarização das relações de produção e das relações sociais de produção.

### **3.1 Educação Ambiental no Brasil**

Nas últimas décadas, apesar da evolução crescente e rápida de desenvolvimento e industrialismo marcado pelo crescimento econômico, esse processo no Brasil pouco modificou o acesso das populações mais pobres aos bens materiais e culturais como ocorrera nos países desenvolvidos. Portanto, começaram a surgir as reflexões sobre as políticas de desenvolvimento que deveriam ser realmente adotadas, incluindo outras questões como a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o avanço social da sociedade.

---

<sup>7</sup> Friedrich Hayek é um dos pensadores liberais mais importantes dos últimos tempos. Hayek se empenhou em recuperar uma tradição do liberalismo que, a seu ver, foi ofuscada e distorcida por um conjunto complexo e dispar de circunstâncias que, em sua visão, envolveram tanto a descaracterização proposital promovida pelos adversários do pensamento liberal quanto o próprio sucesso do liberalismo no século XIX (HAYEK, 2010).

Partindo do pressuposto das ideias sobre EA no Brasil e sua propagação, temos então que entender o que leva o Estado a aceitar programas de educação ambiental empresarial (PEAE).

As grandes empresas com seu poderio econômico contratam as mais conceituadas empresas e profissionais para desenvolver o seu PEAE, com o objetivo de desarticular as comunidades da região impedindo assim, qualquer possibilidade de enfrentamento. Neste contexto a Educação Ambiental tem claro papel ideológico de controle sobre as comunidades afetadas. Não poderia ser diferente, o capitalismo é incorrigível (Mészáros) e devastador (Hobsbawm), essa é sua essência, portanto, essa é a essência dos PEAE (KARAM *et al.*, 2013, p. 13).

A sustentabilidade dentro da empresa é um objetivo não só de caráter social, como também lucrativo, pois o uso racional dos recursos e também o controle de gastos com materiais desperdiçados desnecessariamente, faz diferença no que se refere ao lucro para a empresa. O PEAE delas se volta para instruir as comunidades como não degradar o meio ambiente, além de tornar as vítimas em culpadas pelos impactos socioambientais na região, e isso tudo, legitimado pelo Estado. Perceptível que seus interesses são divergentes, Estado e Sociedade, portanto, estão em lados opostos.

Nesta perspectiva empresarial, ambiental e escolar, que desenvolvemos o trabalho nos próximos capítulos, analisando e compreendendo o poder do capital, com ênfase no capital do agronegócio, frente a EA, entrelaçada nas comunidades – social e escolar - que prezam pela sobrevivência no meio em que vivem, e isso requer a preservação deste local, que marca uma identidade coletiva por parte da comunidade, ou até mesmo individual.

Como é sabido por todos nós, há muito o capitalismo invadiu o campo brasileiro. O agronegócio conseguiu chegar ao Congresso Nacional, conta com uma relativa bancada de deputados e senadores. No governo Lula, o ministro da agricultura indicado foi Roberto Rodrigues<sup>8</sup> e no governo Dilma Rousseff, a ministra da Agricultura foi a senadora Kátia

---

<sup>8</sup> Quando indicado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, para ser o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, exercia o cargo de presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). A ABAG olha para o agronegócio como um organismo integrado, e busca congrega organizações e entidades representativas de todos os seus segmentos, desde os insumos para a agricultura e a produção animal até a chegada do produto ao consumidor, passando por pesquisa, produção rural, agroindústria, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização, exportação e serviços de todas as naturezas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS - ABAG, 2022).

Abreu<sup>9</sup>, uma empresária pecuarista. No governo de Temer, Blairo Borges Maggi<sup>10</sup>, conhecido como o "rei da soja", foi o ministro da agricultura. No atual governo, o presidente Jair Bolsonaro nomeou a Deputada federal (DEM-MS), licenciada do mandato, Tereza Cristina<sup>11</sup> que pertence a bancada ruralista da Câmara.

Fazendo uma ligação com os ministérios, temos o Ministério do Meio Ambiente, cuja missão é promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente. Vale salientar que grandes nomes da política brasileira ocuparam essa pasta, inclusive por duas vezes, o maranhense José Sarney Filho (PV – MA), também conhecido como Zequinha Sarney, foi ministro no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1999 a 2002. Retornou a pasta no governo de Michel Temer em 2016 a 2018, após votar a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Quando comandava a pasta, parlamentares da bancada ruralista exigiram a saída de Zequinha, alegaram que seu trabalho era contra os interesses do produtor rural. Bragança (2016) ressalta questionamento do deputado Marcos Montes (PSD-MG) “Criam-se impasses e dificuldades para o financiamento agrícola, licenciamento ambiental, embargam-se áreas. Em resumo, se posicionando contra o processo produtivo. Que colaboração é essa?”

A política ambiental, independe do seu ideal político (direita ou esquerda), tem um interesse comum entre os parlamentares. O Maranhão esteve representado por um ministro para defender seus maiores problemas ambientais, uma vez que faltavam políticas públicas no nosso Estado. Temos a bancada ruralista, os detentores das terras, e maiores interessados nas condições necessárias principalmente para o segmento do agronegócio.

No Estado do Maranhão, um dos mais pobres do país foi visto pelo agronegócio como um bom provedor de recursos naturais e isso ocasionou transformações drásticas não só para o meio ambiente como para as comunidades locais.

---

<sup>9</sup> Kátia Abreu é senadora pelo Tocantins. Primeira mulher a chefiar o Ministério da Agricultura, ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por três mandatos e ex-deputada federal (SENADORA..., 2022).

<sup>10</sup> Fundador do Grupo Amaggi, tornou-se o maior produtor e exportador de soja do Brasil, conhecido como “Rei da Soja”. O grupo atuou em diversas atividades econômicas, incluindo logística de transportes, pecuária e produção de energia elétrica. Em 2004, a organização não governamental Greenpeace, voltada para a preservação do meio ambiente, conferiria a Blairo Maggi o prêmio “Motosserra de Ouro”, apontando-o como a personalidade brasileira que mais contribuiu para a destruição da floresta amazônica (FUNGAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2022).

<sup>11</sup> Atual presidente da Frente Parlamentar Agropecuária do Congresso Nacional, conhecida como a bancada ruralista, Tereza Cristina foi indicada pela FPA para o cargo. Ela é engenheira agrônoma e empresária (MATOSO; SALOMÃO; SOUSA, 2018). O objetivo da FPA é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional.

Nas últimas décadas, o agronegócio vem afetando diretamente ou indiretamente essas pequenas comunidades na região. Os conflitos não apenas acontecem na questão agrária, mas também no campo educacional, que repercutem e reverberam no próprio ensino e aprendizagem, já que são os pontos chave para o desenvolvimento educacional.

A Educação Ambiental vem se tornando centro das inquietações de cientistas sociais em nosso país, militantes sociais e organizações não governamentais. A ideia de estudar a ação humana no campo e a visão de natureza como ação histórica estimularam a construção dessa discussão na cultura contemporânea.

### **3.2 Conferências ambientais mundiais**

A Educação Ambiental — EA — desde meados da década de 1960, quando começa a se afirmar internacionalmente, de modo mais formal, pela organização de movimentos sociais, das conquistas nas legislações e políticas públicas, dentre outros relevantes processos, expressou as diferentes formas de se entender e atuar na "questão ambiental" (LOUREIRO, 2003) e no Brasil se constitui como um campo de conhecimento e de atividade pedagógica e política. Uma área que já surgiu diversificada nos mais variados campos do conhecimento, se tornando centro das preocupações de cientistas sociais em nosso país, militantes sociais e organizações não governamentais.

O debate ambiental contemporâneo começou a ganhar espaços sociais, sendo o eixo principal em que líderes de diversos países começaram a discutir e ampliar os debates sobre impactos ambientais e sobre a necessidade de promover em encontros Internacionais. Surgiram então, as conferências ambientais e a primeira delas foi a Conferência das Nações Unidas<sup>12</sup> sobre o Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo foi realizada no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia.

Segundo Dias (2017), foi com a Conferência de Estocolmo (1972) que a "questão ambiental" encontrou sua face mais visível e de maior repercussão, ao menos na mídia e, eventualmente, nos programas governamentais. Sendo assim, representa a primeira tentativa de aproximação entre os direitos humanos e o meio ambiente, interagindo com as discussões políticas na agenda das nações. Marcou uma fase muito importante na ecopolítica mundial, que

---

<sup>12</sup> Realizada em Estocolmo, capital da Suécia, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, foi a primeira grande conferência mundial organizada para tratar exclusivamente das questões ambientais em âmbito global (FERRARI, 2014).

motivou inúmeras questões que continuam a influenciar as relações entre os atores internacionais, colaborando para o notável desenvolvimento que surgiu após a Conferência de Estocolmo.

Os problemas ambientais, além de outros fatores, como a globalização econômica, contribuíram consideravelmente para a alteração das prioridades nas relações internacionais. Países em desenvolvimento, como o Brasil, passavam também pelo processo de industrialização, que para muitos, investir na proteção ambiental seria gerar altos custos e afetaria os investimentos para o crescimento econômico. De acordo com Viola (1998 *apud* ALMEIDA *et al.*, 2014, p. 183)

Entre 1960 e 1979, o Brasil usufruiu de ganhos expressivos do desenvolvimento econômico, devido à estratégia adotada baseada, principalmente, na utilização intensa dos recursos naturais para a produção de petróleo, álcool e extração mineral. Embora a comunidade internacional se interessasse cada vez mais pelos problemas ambientais, os países emergentes, e especialmente o Brasil, lideravam alianças para não enfatizar o problema nas sociedades dos países em desenvolvimento.

Apesar de alguns problemas que a Conferência de Estocolmo precisou enfrentar, pode-se dizer que ela marcou o início das discussões políticas ambientais, conceito sobre desenvolvimento sustentável e melhoria na qualidade de vida das pessoas. O Brasil passa então a se posicionar em relação as questões ambientais após as concepções mundiais estarem voltadas ao meio ambiente.

Com a Conferência, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, Rio-92 ou ECO-92, o maior evento mundial a discutir as questões ambientais, tanto pelo objetivo de avaliar o que havia sido feito desde a primeira Conferência - de Estocolmo (como proposto na resolução da ONU de 1988), quanto pela dimensão que tomou ao discutir o futuro do planeta em relação aos problemas ambientais globais enfrentados (FERRARI, 2014). Nesta mesma conferência os países adotaram a Agenda 21, um programa de ação baseado em um documento de 40 capítulos, um modelo que tem por objetivo central proteger o meio ambiente para proporcionar um futuro mais promissor para a população mundial, foi a culminância de duas décadas de trabalho que se iniciou em Estocolmo em 1972, onde 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21, que constitui a mais abrangente tentativa, já realizada, de promover, em nível mundial, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21”, segundo Brasil (1992a), foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI.

De acordo com R.2, os aspectos positivos que impulsionaram certos movimentos, como o da Constituinte de 1998, que estabeleceu a proteção ao meio ambiente em seus fundamentos (entre outros direitos e obrigações), assim como a abordagem transversal da temática ambiental nos currículos escolares (temas transversais), ainda persistem ao lado do engajamento dos movimentos sociais ligados à terra e ao trabalho na causa ambiental (FERRARI, 2014, p. 175).

Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo. Na Agenda 21, os governos delinearão um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, dos quais o crescimento e o desenvolvimento dependem. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 1992).

Em todos os encontros internacionais, sem exceção, a dimensão cidadã (de inserção individual em sociedade) e ética (definição de valores que sejam democráticos e vistos como universais para um dado momento histórico) estiveram presentes e foram reforçadas nos constantes apelos à formação de novos códigos morais e de comportamentos condizentes com as perspectivas ecológicas de mundo (LOUREIRO, 2003, p. 45).

Os princípios adotados na Conferência de Estocolmo, em 1972, influenciaram decididamente na elaboração dos itens do capítulo do meio ambiente da Constituição Federal Brasileira de 1988, reconhecendo pela primeira vez a importância da educação ambiental em todos os aspectos da sociedade mundial. Com esse reconhecimento da carência desta educação voltada para o respeito com a natureza, passa a ser incluída a EA em diversas leis e políticas públicas, não só na educação formal como também na educação não formal, em comunicação com todas as faixas etárias.

No Brasil, a obrigatoriedade de promover a EA em todos os níveis de ensino inicia-se com a Constituição Federal de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A Agenda 21, um importante documento produzido na ECO 92, passa a ser referência para se pensar e realizar uma das principais modalidades de desenvolvimento econômico-social associado ao processo de sustentabilidade, trazendo objetivos, nesse documento e em outros documentos específicos e complementares, para a implementação de compromissos com a educação. Um dos objetivos estabelecidos no documento, no capítulo 36 – sobre Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, refere-se a:

Endossar as recomendações da Conferência Mundial sobre Ensino para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990), procura assegurar o acesso universal ao ensino básico, conseguir, por meio de ensino formal e informal, que pelo menos 80 por cento das meninas e 80 por cento dos meninos em idade escolar terminem a escola primária e reduzir a taxa de analfabetismo entre adultos [...]. Os esforços devem centralizar-se na redução de altos níveis de analfabetismo e na compensação da falta de oportunidades que têm as mulheres em receber ensino básico, para que seus índices de alfabetização venham a ser compatíveis com os dos homens (BRASIL, 1992b).

É muito comum, na realidade de nosso país, encontrarmos escolas públicas ainda voltadas aos padrões tradicionais da educação, perceptível o não acompanhamento das mudanças da sociedade, tornando-se ainda pouco atrativas. A escola precisa ser um espaço participativo e democrático em ações socioculturais e socioambientais, de modo que possa integrar estudantes, educadores e comunidade, mais profundamente, ao cotidiano escolar. Como nos trazem Almeida e Araújo (2019, p. 2):

Se a escola como instituição não quiser estagnar, deve interagir com as transformações ocorridas no mundo e no ambiente que a rodeia. Deve entrar em dinâmica atual marcada pela abertura, pela interação e pela flexibilidade [...].

A educação escolar tem como objetivo contribuir à produção da cidadania, por meio da formação de pessoas cidadãs capazes de refletir os problemas de modo geral, sejam eles sociais ou ambientais. Neste estudo enfatizamos a necessidade de relacionarmos ciência e cotidiano; conhecimento científico e saber social, a fim de construir práticas pedagógicas em uma dinâmica mais orgânica com as demandas do meio rural. Cabe à escola criar condições para que ocorra uma aprendizagem voltada para a educação ambiental. A escola e seus corpos docente e discente não podem tratar com indiferença as problemáticas ambientais.

Desta forma, a educação ambiental em sala de aula se tornou uma necessidade social e cultural, que poderá auxiliar para a diminuição desses problemas ambientais, buscando uma formação mais completa de estudantes e professores, que devem atuar de forma ativa para construir conhecimento significativo sobre o tema. Ratificada pela Política Nacional de

Educação Ambiental - PNEA, aprovada em 1999 - Lei nº 9795/1999 (BRASIL, 1999), e regulamentada em 2002, a Educação Ambiental é instituída de forma obrigatória em todos os níveis de ensino e considerada fundamental no processo educacional. Em seu artigo primeiro dispõe-se que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Porém, na atual conjuntura política e social do país, a Educação Ambiental, quando aparece, é caracterizada apenas como “ações” e “projetos”, quando, do ponto de vista da gestão pública eficiente e afinada com os regramentos instituídos, sendo que deveria ser tratada em nível de Políticas Públicas e Programas<sup>13</sup>.

Portanto, dentre outras coisas, a Educação Ambiental deve gerar um conjunto de ideias e compreensões pedagógicas, de forma interdisciplinar. Também deve-se abordar a formação das pessoas e em diferentes campos profissionais, bem como o desenvolvimento de estudos, pesquisas e divulgação de experiências, produção e propagação de material educativo.

Outra importante ação em nível educacional foi a inclusão da questão ambiental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), que passou a analisar as questões do Meio Ambiente como fundamental para a educação básica. A inserção da área ambiental como um dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)<sup>14</sup>, foi um grande avanço para a EA e um ganho para os espaços escolares.

Durante o ano de 1996 o MEC/SEF (Secretaria do Ensino Fundamental<sup>15</sup>) definiu as grandes diretrizes básicas que deveriam orientar os processos de ensino-aprendizagem no

---

<sup>13</sup> Carta da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) REF. Nota aos Senhores Ministros da Educação e do Meio Ambiente, jan. de 2019.

<sup>14</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (BRASIL, 1997).

<sup>15</sup> A Secretaria de Educação Básica (SEB) atua na formulação de políticas para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Em articulação com os sistemas de ensino e participação social, também planeja, orienta e coordena a implementação dessas políticas por meio da cooperação

ensino fundamental. Entre elas se incluem novos temas, denominados como “*Temas de Relevante Interesse Social*”, entre o qual se encontra o Meio Ambiente (LEITE; MININNI-MEDINA, 2001).

O fator principal que é referência para a educação, como definido nos PCNs, é a construção da cidadania democrática e participativa. Neste aspecto, considerando a importância da escola como um espaço de mudança da sociedade. Defende-se a importância da escola na formação ambiental e ética das novas gerações, em um panorama de transversalidade, colocando-a no contexto das diferentes influências que a sociedade exerce sobre o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos. Além das relações sociais, a família e o convívio com outras pessoas têm desempenho fundamental nos comportamentos, conhecimentos e participação acerca de questões ambientais e éticas. Nos PCN encontramos que

A perspectiva ambiental deve remeter os alunos à reflexão sobre os problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Para que essas informações os sensibilizem e provoquem o início de um processo de mudança de comportamento, é preciso que o aprendizado seja significativo, isto é, os alunos possam estabelecer ligações entre o que aprendem e a sua realidade cotidiana, e o que já conhecem (BRASIL, 1997).

Ao serem criados e incluídos no currículo das escolas os projetos que abrangem problemáticas socioambientais e processos de educação ambiental, educadores e educadoras podem contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes, desenvolvendo reflexões e debates sobre questões ambientais e desenvolvendo com o coletivo de estudantes a capacidade crítica sobre essas questões socioambientais, colaborando para a formação de valores, ensino e aprendizagem. O tema Meio Ambiente deve ser abrangido no dia a dia de alunas e alunos, relacionando o tema ao meio em que vivem, e às questões a essas associadas como ética, saúde, diversidade cultural, trabalho e consumo, dentre outras, discutindo e trazendo reflexões que estimulam o raciocínio e a visão crítica, para que possam disseminar o aprendizado em casa, na escola e na própria comunidade, para que mais pessoas entendam a importância das questões ambientais e da sustentabilidade.

Além disso, vale ressaltar os impactos gerados nos espaços rurais, que vão desde a elevação dos índices de evasão e repetência de estudantes que vivem em áreas rurais, até a

---

didático-pedagógica, tecnológica, técnica e financeira. As ações desenvolvidas visam à melhoria da qualidade das aprendizagens e da valorização e qualificação dos docentes, com o objetivo de garantir a igualdade de condições para acesso e permanência na educação básica em consonância com o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 2018).

inserção do discurso do agronegócio nas escolas públicas (CORDEIRO, 2017). Por isso a necessidade de garantir um ensino de acordo com suas peculiaridades, já que, neste sentido, deve-se analisar os conteúdos abordados atualmente nas escolas das comunidades rurais, para não reproduzir hábitos e costumes que desconsideram a riqueza das relações sociais e as potencialidades da natureza, elementos tão evidentes nas zonas rurais brasileiras.

A escola passa a ser convertida num espaço de disseminação de ideologias ligadas a valorização dos interesses do capital. Essa ampla adesão acarreta à EA e à comunidade escolar a necessidade de reflexão sobre a diferenciação teórica e metodológica existente nas ações propostas, ao mesmo tempo em que exige compreender as divergências ideológicas por detrás de cada ação (MENDES; TALAMONI, 2018, p. 70).

Acredita-se que as crianças que fazem a experiência e aprendem sobre respeitar e zelar pelos recursos naturais acessíveis para a sua sobrevivência e de futuras gerações saberão aproveitar esses recursos de modo consciente por saber que a vida no planeta depende de cada um, de cada uma e de todas as pessoas que vivem nele, aprendendo a identificar também as responsabilidades em torno dessas situações.

Nos subsídios curriculares para a Educação Infantil, em 2008, temos que [...] a visão da criança como ser que é parte da natureza e do cosmo merece igualmente destaque, especialmente se considerarmos as ameaças do esgotamento de recursos em nosso planeta e as alterações climáticas evidentes nos últimos anos. Conforme alerta Tiriba (2005), os seres humanos partilham a vida na terra com inúmeras espécies animais, vegetais e animais, sem as quais a vida no planeta não pode existir (BRASIL, 2006, p. 14).

Por isso é necessário que seja promovida uma Educação Ambiental desde a educação infantil até as demais etapas de ensino. A Educação Ambiental é vista como uma colaboradora para desenvolver, no ambiente de aprendizagem, a criticidade e a reflexão sobre os modelos sociais que os sujeitos buscam reproduzir ou transformar, permitindo que o conhecimento teórico seja aplicado para transformar sua realidade social (ALVES *et al.*, 2017).

Por meio do conhecimento sobre o que abordam a Constituição, a LDB, o PNEA, os PCN e a atual BNCC, associados à nossa legislação ambiental, espera-se que a questão ambiental na escola seja promovida. Sendo assim, professores e professoras passam a rever sua prática pedagógica, sobretudo se ela pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determine sua compreensão de seu desempenho, procedimento, e conteúdo a serem trabalhados, podendo gerar o senso crítico necessário para uma transformação da realidade e enfrentamento da crise ambiental e humanitária atual.

A produção do conhecimento nas escolas da zona rural, pode representar memórias, identidades e histórias vividas pelos indivíduos que se articulam para superar a opressão, a analfabetização, a fome e a falta de projetos, situações essas que inviabilizam a emancipação de homens e mulheres do campo. Essa formação política, social e ambiental, contextualizada historicamente, colabora na construção de fatos, redescobrimo memórias e acontecimentos, recuperando documentos, que nos levam à produção de importantes fontes de pesquisas.

Portanto, é significativo nosso estudo nas comunidades rurais, no Estado do Maranhão, muito disputado pelos interesses privados e por medidas de apoio ao agronegócio. A região é afetada diretamente com impactos socioambientais, onde a modernização alterou a estrutura produtiva da agricultura, modificando inclusive, o comportamento dessas comunidades ligadas diretamente com a natureza. Essas mudanças sociais, educacionais e ambientais, não se limitam necessariamente aos ambientes urbanos, mas afetam diretamente comunidades da zona rural. Considera-se que a luta por uma educação nessas comunidades deve ir além do que a legislação já ampara, em certa medida. Deve-se constituir fundamentalmente pelos atores que nela estão envolvidos, por suas práticas educativas cotidianas, suas experiências e reais necessidades.

A educação ambiental tem vindo a ampliar os seus objetivos, como nos afirma o Papa Francisco (2015) – se, no começo, estava muito centrada na informação científica e na consciencialização e prevenção dos riscos ambientais, agora tende a incluir uma crítica dos «mitos» da modernidade baseados na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras) e tende também a recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus.

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis (BRASIL, 2000).

Todo esse debate político, econômico e social planetário mostra que os problemas ambientais afetam principalmente os excluídos. Francisco (2015) ressalta que esse majoritário grupo social acaba tendo seus problemas tratados como colaterais, esse impacto dos desequilíbrios atuais manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres, nos conflitos

gerados pela falta de recursos e em muitos outros problemas que não têm espaço suficiente nas agendas mundiais.

As preocupações referentes à Educação Ambiental manifestam-se não somente pelo desrespeito do ser humano perante a natureza, além da falta de estrutura para tratar desta temática. A ideia de estudar a ação humana e a visão de natureza como ação histórica impulsionaram a construção dessa discussão na cultura contemporânea. A questão ambiental passou a fazer parte das discussões no meio social por ser uma preocupação direcionada com o desenvolvimento do capitalismo impulsionando consequências para o meio ambiente. As problemáticas afetam a qualidade de vida de sua população e, ao mesmo tempo, compõem as conjunturas para o que deveria ser a concepção crítica da sociedade.

Nesse sentido, os impasses enfrentados atualmente têm sofrido a interferência humana no meio ambiente, ocasionando impactos na biodiversidade, aquecimento global, poluição, e até mesmo, segundo Nodari (2014), as violências socioambientais mais preocupantes são as silenciosas, aquelas que ocorrem cotidianamente e que não são resolvidas. Por exemplo, a falta de saneamento básico para quase 100% da população. Não podemos atribuir à falta de legislação o descontrole na degradação, pois a própria Constituição de 1988 inclui os direitos relacionados ao meio ambiente, cuja preocupação está diretamente ligada às ações do homem.

Os dilemas ambientais presentes a partir do século XX estão relacionadas ao desequilíbrio entre a população rural e urbana, provocando o êxodo rural, que devido à falta de políticas públicas adequadas, leva muitas pessoas, especialmente homens e jovens, do campo para as cidades, causando um inchaço urbano. O êxodo rural aumenta a densidade demográfica e ocasiona o desemprego, além da busca de outras necessidades humanas, como a alimentação, moradia. Esse crescente populacional gera necessidades administrativas nas cidades, como implantação serviços de públicos como água, esgoto, lixo, transporte, saúde, educação, que não tem sido atendida, aprofundando a desigualdade, exclusão e violência.

Portanto, para melhor compreendermos esse contexto, buscamos explicar como a natureza está envolvida com a humanidade e como uma necessita da outra. Segundo Sedrez (2012, p. 2), “[...] há momentos-chaves no século XX que mudam a percepção das relações entre sociedades e natureza, mas, principalmente, da capacidade das sociedades humanas de transformar drasticamente a natureza”. Essa preocupação está ligada diretamente à ação do homem.

Pela gravidade dos problemas ambientais não só no Brasil, mas em todo o mundo, a EA surge como um instrumento para a sensibilização e desenvolvimento do indivíduo e da coletividade. Por meio da EA, as pessoas adquirem conhecimentos, valores, aptidões,

experiências e determinação que as possibilitam atuar em função do meio em que vivem. E nesse contexto, se discute a EA transformadora, que, pela compreensão de Loureiro (2003) advém de transformar, que é uma palavra que permite várias ênfases: transmutar, converter, alterar, mudar de domínio, mudar de forma, transfigurar. Transformação ocorre no processo de realização da vida, podendo implicar diferentes níveis de alteração.

Pensando com Loureiro, é um conceito que se refere a um ato de transformação da sociedade. É importante o aprofundamento dessas questões para dialogar o conhecimento científico com diferentes grupos sociais. Para isso ser alcançado, destacamos o desempenho de ONGs, cooperativas, projetos comunitários e movimentos socioambientais, que detêm um compromisso social com ideias e ideais políticos emancipatórios. Tanto a militância ambiental quanto o trabalho de base desses grupos necessitam ser levados a sério para alcançar amplo apoio midiático e comunitário, erigindo o campo da educação ambiental efetivamente. Uma maneira de manter essas ações vivas é participar voluntariamente ou financeiramente dessas associações. Nos trabalhos desenvolvidos na comunidade de nosso estudo, contamos com a atuação de algumas organizações como o Fórum Carajás<sup>16</sup>, a Associação Comunitária do Povoado São Raimundo e o STTR de Urbano Santos, Movimento Mundial pelas Florestas<sup>17</sup>.

### **3.3 Educação Ambiental e a interferência do agronegócio no Brasil**

Com o advento do neoliberalismo, priorizou-se, por parte do governo federal e de fortes grupos empresariais em lobbies políticos na câmara e no senado, o atendimento a acordos internos e internacionais, particularmente às exigências do capital financeiro, menosprezando o enfrentamento dos graves problemas estruturais na sociedade brasileira. Permanece a propriedade da terra em grandes latifúndios e um engajamento tecnológico dependente, sem nenhuma prioridade à produção de tecnologias sociais, desempenhando força potencializada ao expulsar milhares de trabalhadores e trabalhadoras para a periferia dos centros urbanos.

A expansão e consolidação do agronegócio por todo o mundo tem implantado sistemas industriais abusivos ao meio ambiente. O que ocorre com as grandes indústrias na agricultura

---

<sup>16</sup> Fórum Carajás - Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás. O surgimento do Fórum Carajás, a partir de 1992, fora impulsionado pelas implicações ambientais, sociais e econômicas que as implantações dos grandes projetos trazem às populações da região. Busca encontrar soluções para os problemas socioambientais.

<sup>17</sup> O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, na sigla em inglês) é uma iniciativa criada em 1986 por um grupo de ativistas de diferentes países para facilitar, apoiar e reforçar a luta contra o desmatamento e a concentração de terras em países com florestas e comunidades que dependem delas.

são os elevados lucros destinados a uma agricultura capitalista que facilmente degrada o meio social e ambiental. As transformações ocorridas no campo estão relacionadas com o processo capitalista da agricultura, e quando se diz que a economia do país está ligada diretamente ao setor agrícola, é meia verdade. Em nenhum momento são levadas em consideração nem são vistas as necessidades das comunidades de camponeses e camponesas cuja sobrevivência material depende exclusivamente do campo.

No Estado do Maranhão, a dinâmica dessa expansão inclui a substituição da policultura de alimentos básicos, como arroz e mandioca, milho, feijão, entre outros, pela monocultura de grãos, pela silvicultura<sup>18</sup> de eucalipto, soja e pela pecuária. De modo geral, o sobre uso das terras tem sido a serviço de segmentos empresariais voltados para a produção de *commodities*<sup>19</sup> e que se vinculam ao mercado externo e à acumulação do capital em escala mundial. O agronegócio foi dominando a pequena produção agrícola, em todo o mundo, impulsionando mudanças na forma de produzir e na exploração do trabalho. A modernização agrícola, impulsionada pela chamada “revolução verde”, não suprimiu os pequenos produtores, porém na maioria das áreas de extensão do capital no campo, a agricultura camponesa se reduziu, havendo uma grande migração para a cidade, em busca de melhores condições de vida. O termo modernização da agricultura é utilizado para designar a transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, as modificações intensas da produção no campo e das relações capital x trabalho (GRAZIANO, 1981 *apud* MATOS; PÊSSOA, 2011).

O agronegócio reflete a inserção do capitalismo no campo, a partir de uso de tecnologias agrícolas, bem como de grandes extensões de terras, o uso de pouca “mão-de-obra” e a monocultura em larga escala. Destacamos a empresa Suzano Papel e Celulose<sup>20</sup>, uma

---

<sup>18</sup> A palavra silvicultura provém do latim e quer dizer floresta (silva) e cultivo de árvores (cultura). Silvicultura é a arte e a ciência que estuda as maneiras naturais e artificiais de restaurar e melhorar o povoamento nas florestas, para atender às exigências do mercado. Este estudo pode ser aplicado na manutenção, no aproveitamento e no uso consciente das florestas.

<sup>19</sup> Commodity quer dizer, em inglês, mercadoria. Apesar de mercadoria ser um conceito amplo, ao tratar de commodities estamos nos referindo a um tipo específico de produto. Sandroni (1999) argumenta que nas relações comerciais internacionais o termo commodity designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho e cobre.

<sup>20</sup> A Suzano Papel e Celulose é a segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e a maior fabricante de papéis de imprimir e escrever da América Latina. Como subsidiária da Suzano Holding e parte do Grupo Suzano, reúne mais de 90 anos de tradição com o que há de mais moderno de tecnologia para a indústria de papel e celulose. Possui sete unidades industriais no Brasil, escritórios internacionais em seis países e estrutura de distribuição global preparada para abastecer mais de 60 países. Produz, além de Celulose, Papéis de imprimir e escrever revestido e não revestido e de Embalagens, Tissue (papéis para fins sanitários) e celulose Fluff (usada na produção de fraldas e absorventes higiênicos), e está investindo na produção de Lignina e derivados, criando uma plataforma de química verde para a substituição de matéria-prima de origem fóssil, entre outras

multinacional com grande visibilidade no Estado do Maranhão. Tal modelo de produção, para o Estado, amplia sua economia, desenvolve técnicas no campo, gera produção e poucos empregos.

O agronegócio vem ganhando proporções assustadoras em terras maranhenses. Com um governo estadual absolutamente subserviente a esse tipo de negócio, com discurso de investimento sustentável, o agronegócio se implanta no Estado e destrói vidas.

---

aplicações. Trabalha no desenvolvimento genético de culturas florestais e atua no setor de biotecnologia por meio de sua subsidiária FuturaGene. A empresa possui capital aberto e integra o Novo Mercado, o que reforça seu compromisso com o avanço contínuo das práticas de governança corporativa (CONHEÇA..., 2020).

#### 4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO

O mundo tem vários pedaços e vários cantos e recantos, pertos e longínquos [...] um desses pedaços de encantos está localizado nos plenos confins do leste maranhense, na Região do Baixo Parnaíba –, território antigo e tradicional há séculos que foi habitado por quilombolas, vaqueiros, índios e caboclos valentes na composição dos exércitos dos balaios; lá está a comunidade tradicional de São Raimundo, um cartão verde na mensagem da vida, humilde, mas hospitaleiro e acolhedor. Suas chapadas, lagoas e brejais são verdadeiras fontes de vida, nas chapadas concentra-se os bacurizais e pequizeiros que neste período seus botões e flores enfeitam e escorregam sobre o vento cheiroso do perfume que anuncia a fartura do próximo ano (BASTO, 2015).

Início este capítulo com as palavras do poeta urbanossantense Antônio Basto, detalhando a história e o local de uma comunidade rural, referência na proteção das chapadas e de consciência ecológica.

Partindo deste princípio, buscamos refletir como o campo brasileiro demonstra contradições do modo de produção capitalista e tem sido o espaço de múltiplas exclusões em todas as dimensões, em que a educação é uma delas. A partir de pesquisa de campo na comunidade rural São Raimundo no município de Urbano Santos no Estado do Maranhão, tendo em vista o tempo e os recursos necessários, os dados obtidos são bastante expressivos, pois permitem o estudo de como pessoas e grupos dispõem de experiências para o crescimento da história social, além de apresentar a análise acerca da centralidade do trabalho e da educação na vida dos sujeitos, por meio de ações na comunidade, que puderam ser vistas durante todo o contexto de lutas nestas terras.

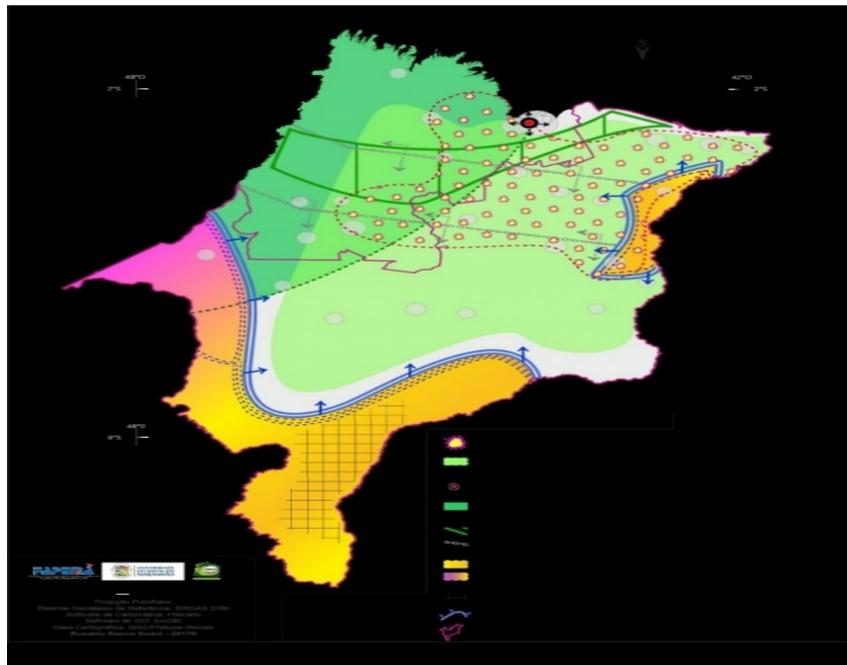
No Maranhão, estado com a população mais rural do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010), temos um alto número de famílias que lutam para voltar ou permanecer na terra, mesmo com os empecilhos impostos pelo capital em diferentes momentos da história, e tem seu território marcado por conflitos que decorrem do avanço do capitalismo sobre as comunidades tradicionais. O progresso das siderúrgicas, o impacto da Estrada de Ferro Carajás são apenas alguns exemplos dessa realidade. Segundo Sandoval (2018), as comunidades, naturalmente, lutam por seus territórios. Sua forma de vida não permite que isso venha a destruí-las. Elas se organizam por meio dos movimentos sociais e vão à resistência de muitas formas. Lutando para que os indenizem, lutando pela retomada de seus territórios, lutando por melhores condições de vida para si e para a natureza. Enfim, lutando por sua identidade cultural e contra a opressão que muitas vezes encontram no estado.

A industrialização da agricultura brasileira promoveu modificações produtivas no sentido de aumentar a produtividade de bens agrícolas voltados para a satisfação da pauta de

exportação brasileira, as chamadas *commodities*<sup>21</sup> e, com isso, participar da divisão internacional do trabalho de forma dependente e subalterna.

Todo esse processo da agricultura brasileira se conduz para a sustentação do modelo concentrador de terra e de riqueza, grande parte dela natural, explorador de mão de obra, produtor de monocultura voltada para o abastecimento do mercado internacional. Esta tem sido a história e o presente da agricultura brasileira.

Mapa 1 - Conflitos socioterritoriais maranhenses de 2001 a 2015.



Fonte: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2020).

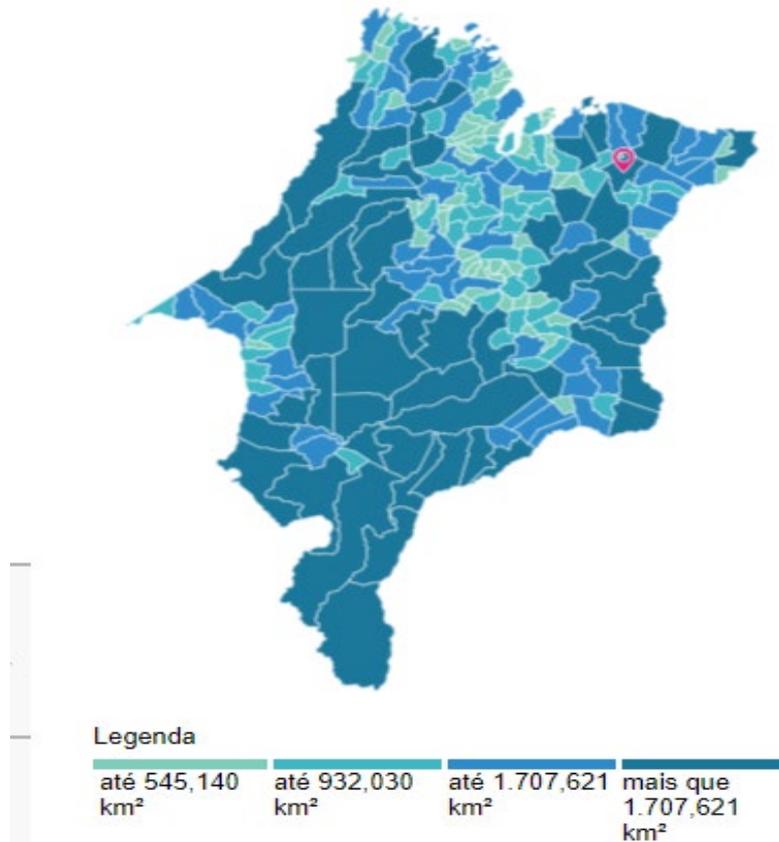
#### 4.1 Caracterização territorial da pesquisa

O atual município de Urbano Santos está localizado (MAPA 2) à margem direita do rio Mocambo<sup>22</sup>. Por muitos anos, o município vem passando pelo seu processo de transformações que ainda refletem no seu desenvolvimento atual, entre elas a transformação socioambiental.

<sup>21</sup> Produto primário, especialmente um de grande participação no mercado internacional, como a soja (FERREIRA, 2001, p. 167).

<sup>22</sup> Nome que lhe foi atribuído pela grande quantidade de negros insurretos quando ocorreu a Balaiada, ali terem se amocambado.

Mapa 2 - Localização do município de Urbano Santos – MA.



Fonte: IBGE (2020).

Conhecer o território foi de suma importância para a descoberta e impulso desse trabalho, foi o momento chave para delimitar o problema de pesquisa. Muito além do que a história local, estudar o território por meio de processos da Educação Ambiental permite outros horizontes sobre a pesquisa *in loco* e a sociedade pertencente a ela.

São Raimundo, o povoado escolhido para pesquisa, está entre as comunidades de destaque no que refere a luta pela proteção ambiental. Apesar dos mais de 50 km de distância da zona urbana, o lugarejo se transformara em exemplo de consciência coletiva, de identidade, transformação social e educação ambiental.

A história da comunidade foi marcada por momentos de tensão durante muitos anos, quando os plantios de eucalipto da então empresa Suzano Papel e Celulose<sup>23</sup> e da Margusa<sup>24</sup>,

<sup>23</sup> A Suzano também chegou à região nos anos 1980, com o “pseudônimo” de: **Comercial e Agrícola Paineiras S/A**, adquirindo áreas de eucalipto da MARGUSA depois que esta entrou em crise financeira. (PROTACIO, 2016)

<sup>24</sup> MARGUSA - MARANHAO GUSA LTDA iniciou as atividades em 26/09/1989. Atualmente a principal atividade dessa empresa é Produção de Ferro Gusa.

assim como as plantações de soja, estiveram presentes nas terras rurais do povoado maranhense, modificando a realidade socioeconômica e ambiental, não só daquele local como de muitos outros afetados pelo Baixo Parnaíba. Nessa região, como apresentam Almeida e Mattos Junior (2021), os primeiros estudos experimentais com a soja foram realizados pela Secretaria de Agricultura no ano de 1971, por meio de convênio entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e a Secretaria de Agricultura do Maranhão - SAGRIMA.

Tanto a forma do manejo da soja, quanto do eucalipto, carregaram consigo consequências com suas expansões, uma delas o agravamento da posse de terra. O manejo das monoculturas inclui o preparo da terra, que precisa ser feito com bom tratamento, corte, retirada. A forma inadequada gera assoreamento e contaminação dos rios, extinção dos animais e o fim da biodiversidade da região. Como recursos hídricos, o território é banhado pelas Bacias do Parnaíba, Munim e rio Preguiças, rios e riachos que favorecem as comunidades.

Os problemas enfrentados em São Raimundo, inclusive entraves com os quais a Associação teve de lutar durante anos, no intuito de defender seus direitos garantidos por Lei. Toda resistência aos conflitos fundiários se deve a trabalhadores e trabalhadoras estarem trabalhando nessas terras desde seus avós, construindo subsídios de sobrevivência, unindo-se em defesa do bem comum. Para melhor demonstrar esse trabalho coletivo, observa-se o caso do **bacuri** (*Platonia insignis* Mart.), fruta especial (FIGURA 3) das chapadas e fonte de renda dessa população, que atualmente corre risco de extinção em muitos locais rurais.

Figura 3 - Bacuris da Comunidade de São Raimundo (Urbano Santos/MA).



Fonte: Régis (2011).

Por meio dos dados disponibilizados pelo Fórum Carajás, a questão cultural da extração do bacuri em São Raimundo interfere diretamente na economia familiar. No povoado, assim

como em muitas outras comunidades, os bacuris são quebrados e é tirada a poupa em um trabalho coletivo da família, do mais velho ao mais novo, podendo, assim, os mais jovens aprender as tarefas com os mais experientes. São Raimundo espera por uma desapropriação fundiária com o intuito das famílias serem assentadas e estabelecer-se a partir de então a tão sonhada reserva sócio-extrativista. Estima-se que só a comunidade de São Raimundo colete de cinco a dez toneladas de polpa de bacuri e isso proporciona uma renda variável de 100 mil reais entre os meses de janeiro a abril para quase quarenta famílias.

Por hectare, contam-se 100 bacurizeiros. Um bacurizeiro que ponha muitos bacuris varia de mil a cinco mil frutos. 800 hectares de Chapada em São Raimundo somam 80.000 bacurizeiros que multiplicados por mil frutos originam 80.000.000 de bacuris. 100 bacuris fornecem 4 quilos de polpa de fruta. 80.000.000 fornecem 3.200.000 quilos de polpa. Estes multiplicados por 10 reais por quilo de polpa resultam em 32 milhões de reais. Vendo só pelo lado dos bacurizeiros a Chapada de São Raimundo guarda um valor inestimável (RÉGIS, 2011).

A quantidade coletada indicaria um subaproveitamento, mas indica também que as famílias têm cuidado quando fazem a retirada da natureza do seu sustento. Esses cuidados refletem para que o bacurizeiro possa ser desfrutado de forma consciente por muitos anos pela comunidade.

Seguindo meu cronograma de visita de campo, dias antes de eclodir a então recém chegada pandemia da COVID-19, realizamos visita à comunidade São Raimundo com Mayron Régis, representante do Fórum Carajás, que desde 2016 vem sendo esse intermediário para que conseguíssemos chegar e até coletar dados com a comunidade. Vale ressaltar que estamos falando de um local de mais 50 km de distância até a zona urbana do município estudado.

Mesmo com esse empecilho, a escolha por São Raimundo é principalmente por entendermos e reconhecermos como uma das comunidades mais atingidas pelo agronegócio no município de Urbano Santos, MA, e, principalmente, pela sua resistência que vem se estabelecendo ao longo dos anos. Conforme imagem de visita de 2016:

Figura 4 - Seminário sobre Eucalipto Transgênico, Comunidade São Raimundo.



Fonte: Da autora (2016).

A foto acima se refere a um seminário que participamos no povoado em 2016, quando ainda fazia pesquisa sobre a Suzano Papel e Celulose e o Agronegócio. Naquele momento, a multinacional Suzano tinha aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio<sup>25</sup> para desenvolver seu projeto de crescimento da sua produtividade da mesma área plantada, assim surgia o eucalipto transgênico que aumentava em até 20% sua produção (PROTACIO, 2016).

Nesse seminário, como consta a imagem, estavam presentes integrantes do Fórum Carajás, Associação Comunitária do Povoado São Raimundo, STTR de Urbano Santos, Movimento Mundial pelas Florestas e comunidade geral, que debatera juntos como essa técnica de transgenia poderia causar naquele cenário socioambiental. A ideia do debate era conscientizar as comunidades e a sociedade geral sobre os impactos da transgenia ao meio ambiente, afetando diretamente os pequenos povoados que ali se encontravam.

Voltando ao cronograma de visitas desse trabalho, o contato possibilitou a coleta de dados do ambiente, mas foi inevitável encontrar obstáculos, uma vez que no período em

---

<sup>25</sup> A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) é uma instância colegiada multidisciplinar, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia com a finalidade de prestar apoio técnico consultivo e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa aos OGMs, bem como no estabelecimento de normas técnicas segurança e pareceres técnicos conclusivos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados.

questão, a escola pública do lugarejo estava de férias e não pudemos obter dados para análise. Mesmo com visita agendada, a presidente da Associação da comunidade não pôde nos atender naquele dia, pois estava de saída para a zona urbana. Ela seria a pessoa que faria a conexão entre pesquisadora – comunidade – escola. Contudo, Mayron apresentou outros membros da Associação para conversas informais. Durante o percurso de mais de 50 km de viagem de volta a Urbano Santos, curiosamente descobrimos que estudantes daquela comunidade, para frequentarem a escola pública estadual, e cursarem o Ensino Médio, ainda se deslocavam mais alguns quilômetros para outra comunidade. Foram registradas algumas escolas e entre elas, um novo modelo de escola com parceria com o governo estadual, a Escola Digna.

Figura 5 - Escola Digna – Povoado Mangabeira.



Fonte: Da autora (2020).

A imagem nos mostra a recém inaugurada Escola no Povoado Mangabeira em Urbano Santos, que me despertou a curiosidade por mais informações, por meio do método de observação da pesquisa qualitativa em educação. Para Lüdke e André (1986), a observação é o método mais adequado para investigar um determinado problema, o pesquisador depara ainda com uma série de decisões quanto ao seu grau de participação no trabalho, quanto à explicitação do seu papel e dos propósitos da pesquisa junto aos sujeitos e quanto à forma da sua inserção na realidade.

Neste sentido, após análise das observações sobre a escola e dados do Governo do Estado, identificamos que o recém inaugurado prédio é fruto da parceria entre o Governo do

Estado e a Suzano Papel e Celulose, no Maranhão. Como afirmou o gerente de Relações Corporativas da Suzano S.A no Maranhão, Murad (2019):

O Programa Escola Digna é hoje o maior projeto educacional do estado do Maranhão. Fazer parte dessa história é uma honra para a Suzano. É com muita satisfação e respeito à comunidade que celebramos essa parceria, que é uma ponte para o desenvolvimento educacional. É muito gratificante saber que podemos contribuir com a educação levando dignidade aos estudantes e professores do estado.

É evidente que essa fala reflete um processo de transformação na educação de uma comunidade rural que tenha acesso a uma escola confortável, além das transformações sociais. A imagem por si mostra a estrutura de um prédio adequado e que fora construído como contrapartida social da instalação da fábrica de papéis na cidade de Imperatriz no Maranhão. Além de Urbano Santos, outros municípios foram contemplados com a ação social da empresa, são elas: Açailândia, Montes Altos e Buriticupu.

Quatro unidades do Programa Escola Digna serão construídas como contrapartida social da instalação da fábrica de papéis sanitários (tissue) da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. O empreendimento foi inaugurado nesta quarta-feira (29), em Imperatriz, com a presença do governador Flávio Dino. As escolas serão construídas nos municípios de Açailândia, Urbano Santos, Montes Altos e Buriticupu, substituindo escolas improvisadas de taipa, palha e galpões ou outros estabelecimentos considerados inadequados, por estruturas de alvenaria e em condições necessárias para a aprendizagem dos estudantes maranhenses (MARANHÃO, 2017).

Embora seja um projeto de grande mudança na educação local, é possível identificar qual a representatividade que a multinacional refletiu com suas ações naquele momento com a educação naqueles municípios, principalmente no nosso povoado. Os interesses atrás do agronegócio e das grandes empresas não priorizam as comunidades, sendo a implementação da fábrica seu único interesse com a construção de escolas. Revelando o que está por trás das responsabilidades socioambientais dos negócios florestais.

Dando continuidade à pesquisa, infelizmente naquele mês de março de 2020, a pandemia do coronavírus chegara no país e não ocorreu o retorno das atividades escolares daquela região e no país. Causando o maior obstáculo naquele para o desenvolvimento de pesquisa de campo como de estava programa e me levando a um trabalho teórico de observação qualitativa.

## 4.2 Obstáculos e realização da pesquisa

Com meu retorno para Minas Gerais, em março de 2020, quando os objetivos estavam centrados em organizar o planejamento da escrita, aconteceu, uma semana após sua chegada, a pandemia da COVID-19 e as consequências que esta ocasionou, como o fechamento das Universidades e das escolas de todo o país, nos levando a mudanças de direcionamento na metodologia da pesquisa.

Mesmo com a volta antecipada para o Maranhão, houve a impossibilidade de desenvolver pesquisa de campo nas escolas públicas da zona rural, consequência de mais de um ano sem suas atividades presenciais. A comunicação por meios tecnológicos era um dos maiores obstáculos, mesmo com o povoado São Raimundo já disponibilizando de internet, mas a distância alterava alguns fatores burocráticos e econômicos.

Em busca por dados para o desenvolvimento desse trabalho, embarcamos em pesquisas teóricas sobre a Educação Ambiental, resgatando autores já conhecidos pela pesquisadora e dialogando com nomes renomados na área.

Para ter maiores informações sobre a comunidade, entramos em contato com o Fórum Carajás, uma organização que faz articulação de entidades do Maranhão, Pará e Tocantins, cuja missão é acompanhar e monitorar os impactos socioambientais dos grandes projetos. O Fórum foi de suma importância na pesquisa, conhecendo pesquisadores como Mayron Régis, que por suas observações, nos apresentou seus textos para que pudesse fazer análises. Além disso, buscamos um escritor local, cuja pesquisa pôde ser feita em seu blog, o autor Jose Antônio Basto.

Após pesquisa, reforço que tais dificuldades enfrentadas fazem parte do processo, que me faz entender a importância da representatividade dessas comunidades em trabalhos acadêmicos como esse, que vem ganhando espaços como estudo de caso por pesquisadores, resultando novas investigações futuras, em uma troca de saberes e atividades interdisciplinares que não cabe somente a Educação Ambiental, mas também seus segmentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi trabalhado e analisado, fazer pesquisa em Educação Ambiental em meio aos conflitos do agronegócio, foi um dos grandes desafios dado a mim, uma pesquisa complexa e que posso dizer que ainda não teve seu fim.

Consideramos importante esse trabalho, desde suas primeiras ideias em 2016, quando me formava professora e integrando uma pesquisa de suma importância para a história local. O anseio por melhores formações e a procura pela pós graduação me levou a continuar com a pesquisa, mesmo que os caminhos percorridos não pudessem ser desenvolvidos conforme planejado, desde o ingresso no programa, visto que a escrita foi produzida durante esse período pandêmico, marcado por uma série de injustiças educacionais que impossibilitaram diversos mecanismos para que esse trabalho fosse concluído no tempo previsto.

O estudo nos apontou a questão ambiental (LOUREIRO, 2003) e no Brasil se constitui como um campo de conhecimento e de atividade pedagógica e política. Uma área que já surgiu diversificada nos mais variados campos do conhecimento, se tornando centro das preocupações de cientistas sociais em nosso país, militantes sociais e organizações não governamentais.

Nesse contexto, é importante ressaltar como meu local, minha história, fazem parte desse estudo tão importante, levando em consideração o contexto educacional, que enfrentam diversos desafios no ambiente rural contra o agronegócio que se faz presente nos principais ambientes social, cultural, educacional e econômico dessas comunidades.

Os elementos teóricos e práticos desenvolvidos no trabalho de acordo com as necessidades e condições da pesquisa, ainda caminham com dificuldades, mas na certeza de que todo estudo desenvolvido foi de suma importância para meu crescimento acadêmico e principalmente minha formação profissional.

Com a discussão a respeito das concepções de Educação, aprofundamentos dos conceitos de Educação ambiental, Meio Ambiente, Preservação Ambiental e Sustentabilidade, fazendo um breve histórico sobre Educação Ambiental, destacando sua inserção na educação básica no Brasil. Destacamos também como a história da Educação Ambiental está ligada diretamente com as conferências mundiais, um marco histórico e de mudanças na sociedade mundial. Ressaltamos como o crescimento econômico foi importante para influenciar no desgaste ambiental e na urgência por intervenções no meio ambiente

A base teórica sustenta essa pesquisa para chegarmos até aqui, após discussões com vários autores e poder trazer a Educação Ambiental para pequenos povoados, como é o caso do

povoado São Raimundo, em Urbano Santos, que preservam o local em que vivem, apesar das dificuldades enfrentadas que o agronegócio começou a espalhar pela região.

Cabe mencionar os espaços formais e não formais que abraçam a Educação Ambiental, daí importância das leis ambientais e da inserção da EA nas escolas para que se consolide como disciplina. Além disso, é importante ressaltar o envolvimento das grandes empresas por trás da educação que “garantem” desenvolvimento e melhores condições para a educação do país.

Em poucas palavras, finalizo essa parte importante de um projeto de vida, um sonho realizado, um desafio fundamental, mas principalmente, se levarmos em conta o lugar essencial que ocupamos nos sistemas educacionais, hoje me realizo como educadora.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACSELRAD, H. *et al.* **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.
- ALMEIDA, E. N. de; ARAÚJO, A. C. C. O papel do coordenador pedagógico enquanto agente articulador da formação continuada dos professores. *In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UEPB*, 5., 2019, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Ed. UEPB, 2019. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2015/TRABALHO\\_EV043\\_MD1\\_SA14\\_ID1361\\_27062015174618.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2015/TRABALHO_EV043_MD1_SA14_ID1361_27062015174618.pdf). Acesso em: 10 mar. 2022.
- ALMEIDA, J. G.; MATTOS JUNIOR, J. S. de. “Pra cá tem campo e pra cá também tem campo, aí nós fica aqui no meio”: o campesinato frente a expansão da soja na Microrregião de Chapadinha (MA). **Escritas**: revista do curso de história de Araguaína, Araguaína, v. 13, n. 1, p. 121-142, 2021.
- ALMEIDA, W. *et al.* O posicionamento do Brasil nas negociações internacionais sobre temas de meio ambiente. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 183-202, maio/ago. 2014.
- ALVES, C. G. R. *et al.* Educação do campo e educação ambiental: interconexões possíveis para a construção de um ensino crítico e transformador. **Debates em Educação**, Maceió, v. 9, n. 18, p. 87-97, 2017.
- ANDRADE, S. A. de. **Considerações gerais sobre a problemática ambiental**: educação ambiental: curso básico a distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. 2. ed. Brasília, DF: MMA, 2001. 5 v.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS. **Conheça ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness**. Disponível em: <http://www.biomassabr.com/bio/detalhes.asp?id=81&idatividade=4>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BASTO, J. A. **Comunidade São Raimundo**: o verde na mensagem da vida! 23 nov. 2015. Disponível em: <http://bastopoetaemilitante.blogspot.com/2015/11/comunidade-sao-raimundo-o-verde-na.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRAGANÇA, D. **Ruralistas querem Sarney Filho fora do Ministério do Meio Ambiente**. 2016. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/ruralistas-querem-sarney-filho-fora-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Da política nacional do meio ambiente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 set. 1981. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). Acesso em: 4 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 2006. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. 126 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: bases para a discussão**. Brasília, DF: MMA, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Brasília, DF: MMA, 1992a. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Carta da Terra**. Brasília, DF: MMA, 2000. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8071-carta-da-terra.html>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento: promoção do ensino, da conscientização e do treinamento**. [Brasília, DF: MMA, 1992b]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/acessibilidade/item/716-cap%C3%ADtulo-36.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAMÊLO, J. C. P. **Fachada da inserção: a saga da civilidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2012.

CONHEÇA a atuação da Suzano papel e celulose em suas unidades em Suzano. **O Diário**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.odiariodemogi.net.br/conheca-a-atuacao-da-suzano-papel-e-celulose-em-suas-unidades-em-suzano/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CORDEIRO, T. G. B. de F. A educação do campo no confronto entre agronegócio e agricultura camponesa. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: SINGA, 2017. Disponível em:

[https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14\\_1506721175\\_arquivo\\_cordeiro-t-g-b-f-artigo-finalizado.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1506721175_arquivo_cordeiro-t-g-b-f-artigo-finalizado.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

DANA, S. Hayek: uma vida dedicada à defesa da liberdade econômica. **G1.Globo**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível: <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/hayek-uma-vida-dedicada-defesa-da-liberdade-economica.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 402 p.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, E. dos S. Os (des)encontros internacionais sobre meio ambiente: da conferência de Estocolmo à Rio+20: expectativas e contradições. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 39, n. 1, p. 6-33, jan./jun. 2017.

FERRARI, A. H. **De Estocolmo, 1972 a Rio+20, 2012**: o discurso ambiental e as orientações para a educação ambiental nas recomendações internacionais. 2014. 227 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica *laudato si*, do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Roma: Vaticano, 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

FUNGAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Blairo Borges Maggi**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/blairo-borges-maggi>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: uma conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. *et al.* Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégia. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 49-62, abr. 2009.

GUIMARÃES, M. *et al.* (org.). **A dimensão ambiental da educação**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2015.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Von Mises, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Maranhão**: população. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Urbano Santos**: população. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/urbano-santos/panorama>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JOEGER, W. W. **Paidéia**: a formação do homem grego. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. (Clássicos WMF).

KARAM, C. M. C. *et al.* A educação ambiental, trabalho e as relações capitalistas. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, ano 11, n. 17, p. 1-18, 2013.

LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. (org.). **Educação ambiental**: curso básico a distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. 2. ed. ampl. Brasília, DF: MMA, 2001. 5 v.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, p. 37-54, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas I. São Paulo: EPU, 1986.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Como contrapartida para implantação da fábrica de papéis, Suzano construirá quatro escolas dignas**. São Luís: SEATI, 2017. Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=207374>. Acesso em: 4 maio 2022.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 13, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MATOSO, F.; SALOMÃO, L.; SOUSA, Y. Ruralistas indicam, e Bolsonaro anuncia Tereza Cristina como ministra da Agricultura. **G1**, Brasília, DF, 7 nov. 2018. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/07/tereza-cristina-assumira-ministerio-da-agricultura-no-governo-bolsonaro-informa-gabinete-de-transicao.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MENDES, C. B.; TALAMONI, J. L. B. Neoliberalismo e educação ambiental: uma leitura crítica sobre as relações público-privadas entre escolas e o agronegócio. **PRACS**: revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP, Macapá, v. 11, n. 2, p. 67-87, jul./dez. 2018.

MURAD, R. D. **Entrevista concedida a Antônio Figueiredo**. 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/governo-inaugura-escola-digna-e-fortalece-a-educacao-de-urbano-santos/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. Brasília, DF: MMA, 1992. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 4 mar. 2020.

NODARI, E. **Entrevista concedida a Fátima Freitas**. 4 set. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/eunice-nodari-doutora-em-historia-ambiental-nao-podemos-controlar-chuva-os-desastres-sim-13822995>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (org.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 81-101.

PAPÉL do intelectual/escritor na sociedade de Urbano Santos, O. 23 abr. 2021. Disponível em: <https://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com/2021/04/o-papel-do-intelectualescritor-na.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PASSEGGI, M. da C.; SOUZA, E. C. de; VICENTINI, P. P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, abr. 2011.

POCHMANN, M. Capitalismo e desenvolvimento. In: POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016. p. 16-64.

PROTACIO, A. P. B. **Entre o papel e a enxada: impactos socioambientais de atividades de produção de eucaliptos nas comunidades de pequenos produtores no município de Urbano Santos**. 2016. 72 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

RÉGIS, M. **A chapada de São Raimundo, município de Urbano Santos**. 11 nov. 2011. Disponível em: <https://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com/2011/11/chapada-de-sao-raimundo-municipio-de.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RIBEIRO, D. A. F. **Por uma pedagogia latino-americana: pressupostos antropológicos da educação na pedagogia do oprimido**. 2019. 89 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

SANDOVAL, J. **Entrevista concedida a ASCOM UFMA**. 20 mar. 2018. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=51491>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEDREZ, L. **Entrevista concedida a Café História**. 4 jan. 2012. Disponível em: <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/arquivo-conversa-cappuccino-lise-sedrezufjr?id=1980410%3ABlogPost%3A926334&page=4>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SENADORA Kátia Abreu: biografia. Disponível em: <https://senadorakatiaabreu.com.br/biografia>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. Disponível em: <https://www.uema.br/2020/07/o-maranhao-agrario-dinamicas-e-conflitos-territoriais/#prettyPhoto>. Acesso em: 1 ago. 2020.

WORSTER, D. Doing environmental history. *In*: WORSTER, D. **The ends of the earth: perspectives on modern environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 289-308.